

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1012/2020-PGJ, DE 17.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 452/2020-PGJ, de 4.2.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão referente ao período de 18 a 25.3.2019 que seriam usufruídos no período de 23 a 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1013/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 11 e 12.3.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1014/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 19 e 20.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1016/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 20 a 29.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1017/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 13 a 17.4.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1018/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 958/2020-PGJ, de 12.3.2020, na parte que designou as Promotoras de Justiça Lia Paim Lima e Mariana Sleiman Gomes para atuarem perante a 22ª Zona Eleitoral, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1032/2020-PGJ, DE 18.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.481/2020, de 9.3.2020, da Prefeitura de Cassilândia, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 20.3.2020, em razão das comemorações do Dia de São José, Padroeiro da cidade de Cassilândia (19.3.2020);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0002/2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Cassilândia no dia 20.3.2020,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 20.3.2020, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Cassilândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1019/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 101/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/4957/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1020/2020-PGJ, DE 17.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 102/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 3) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/4954/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1021/2020-PGJ, DE 18.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 26/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/4074/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1022/2020-PGJ, DE 18.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Atas de Registro de Preços nºs 1/PGJ/2020, 2/PGJ/2020 e 3/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/3760/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 16/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000686-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sonora - Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório nº 069/2016, na modalidade pregão presencial, que teve como objetivo a contratação de empresa para a realização das festividades alusivas ao 28º (vigésimo oitavo) aniversário de Emancipação Político Administrativo do município de Sonora/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001035-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS e o SINDCFC MS - Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado de MS - Assunto: Apurar a legalidade da contratação de empresa de telemetria para controle das aulas práticas de direção veicular pelo DETRAN-MS, bem como das taxas cobradas para realização dos exames e sua destinação parcial do produto arrecadado ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Mato Grosso do Sul. **Advogado: Jean Rafael Sanches, OAB/MS nº 9.976.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001075-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Osvin Mittanck e Silvana Maria Alves Cordeiro - Assunto: Investigar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em desviar combustível adquirido pelo município de Aral Moreira para fins particulares. (IC nº 21/PPS/2013, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001975-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a irregularidade jurídica-ambiental do imóvel denominado fazenda São José do Morumbi. (IC nº 01/2017, migrado para o SAJ/MP). **Advogados: Sandro Sérgio Pimentel, OAB/MS nº 10.543, Thiago Paiva dos Santos, OAB/PR nº 46.275 e Keli Fritz, OAB/PR nº 75.384.**

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002524-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001172-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual supressão irregular de vegetação nativa na fazenda Mimosal, em Bandeirantes/MS.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00003029-7 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Investigar a desorganização no sistema de compra e distribuição de medicamentos em razão da ausência estrutural de Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Porã. (IC nº 13/2013, migrado para o SAJMP).

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000065-1 - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: CAPS-AD e a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados - Assunto: Averiguar falta de medicamentos e profissionais no CAPS-AD.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001160-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eurípedes Jesus da Silva - Assunto: Apurar o desmatamento ilegal em área de APP e construção de represa na fazenda Espírito Santo, e outras irregularidades ambientais.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001480-9 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 38/2014, migrado para o SAJMP).

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001706-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alvaro Melandes Neves da Paz,

Erik Orlando Silva, Hygor Rodrigues da Silva, Mara Nubia Soares Pereira e o município de Chapadão do Sul - Assunto: Apurar eventuais fraudes nas escalas de plantão para favorecimento de médicos que prestam serviço à rede municipal de saúde do município de chapadão do sul.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000541-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Altamir João Dalla Corte - Assunto: Investigar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural fazenda “Morro Alto”, bem como apurar o armazenamento de madeira nativa sem cobertura de documento de origem florestal.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002289-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eloir Horst - Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais decorrente de desmatamento ilegal na fazenda “Retiro da Serra”.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002859-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Bruna Fernandes Hidalgo Souza - Assunto: Apurar possível violação aos direitos do consumidor decorrente do exercício ilegal de profissão sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001134-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gustavo Giantomassi Gomes - Assunto: Apurar o possível crime ambiental informado por meio do Ofício nº 0214.000583/2016-11 NUCOF/MS/IBAMA, referente ao corte raso de 6,89 hectares de vegetação natural sem a autorização legal na fazenda Três Barras, de propriedade de Gustavo Giantomassi e outros. (Procedimento Preparatório nº 18/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001500-4 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Dilson da Silva Oliveira Filho e Marly Rodrigues Campos - Assunto: Apuração de eventual ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente e providências com objetivo de isolar a APP na Quadra 23, Lote A-13, do Loteamento Jardim Itália, bairro Popular, em Campo Grande/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000448-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Coxim e a Padrão Engenharia Ltda. - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no loteamento denominado "Lagoa Dourada", situado nesta Cidade, uma vez que foi implementado no final do ano de 2001, sem atender os requisitos legais, notadamente sem contar com a autorização do Poder Público Municipal.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001012-8 - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar a necessidade de Regularização Fundiária Urbana do Loteamento situado no Bairro Nova Coxim, nesta cidade, o qual estaria em desacordo com as disposições contidas na Lei 6.766/79. (IC nº 13/2013, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00000553-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da contratação de funcionários públicos municipais durante o período eleitoral.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002465-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível supressão irregular de vegetação nativa ocorrida em parte da fazenda Arrependido, Boa Vista, Perdiguera, propriedade de Airton Motti, situada em Jaraguari.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001994-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a regularidade e adequação do serviço funerário prestado no município de Ponta Porã/MS. (IC nº 29/2013, migrado para o SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003161-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Investigar a lisura e transparência na execução financeira do Convênio firmado entre o município de Ponta Porã, município de Pedro Juan Caballero na República do Paraguai, Asociación por La Paz e El Desarrollo e Diputación de Málaga, República da Espanha e o Contrato de subvenção de ajudas exteriores firmado entre as mesmas partes e a Comunidade Europeia visando a reurbanização do espaço comum entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, bem como apurar os critérios utilizados pelo município de Ponta Porã para proceder à permissão de uso de boxes comerciais nas edificações públicas

construídas como resultado de reurbanização alcançada. (IC nº 11/2013, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001497-1 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Erbeth Tavares Teixeira - Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do córrego Imbirussu na Quadra 23, área reservada 3, Lotes A-10, em Campo Grande/MS, matriculado no Cartório da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Campo Grande/MS sob o nº 38.388. **Advogados: Francisco Martins de Moura, OAB/MS nº 2.890 e Thathyana Diniz de Moura, OAB/MS nº 11.087.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002240-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - MS - Assunto: Apurar pagamentos indevidos de despesas particulares pelo município de Bandeirantes, em tese, em favor de Sirlene Ferreira Zanata, bem como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003456-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauro Renosto, fazenda Campo Formoso - Assunto: Verificar a ocorrência de queima de material lenhoso proveniente de desmatamento de 230 hectares na fazenda “Campo Formoso”, bem como verificar a regularização da reserva legal do referido imóvel rural. (IC nº 30/2011, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002036-6 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Caixa Econômica Federal e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a ilegalidade na alienação e locação de casas populares no conjunto habitacional Kamel Saad.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000199-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Itaporã e outro - Assunto: Apurar o conteúdo da manifestação protocolada sob o nº 11.2015.00000629-5, junto a Ouvidoria do Ministério Público Estadual, noticiando eventual irregularidade na doação de um terreno, localizado na área industrial de Itaporã/MS, pelo Poder Executivo Municipal, ao “Projeto Missionário Reconstruindo Vidas e Salvando Almas”, representado por Alcides Pereira.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002343-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ponta Porã e Dejaci Pedro Massaranduba - ME - Assunto: Apurar as providências adotadas pelo Município de Ponta Porã no sentido de solucionar invasão de área pública para fins comerciais na rua Modesto Dauzaker ao lado do Posto de Saúde Dr. Pedro Monteiro de Almeida, bairro da Granja. **Advogado: Maurício Dorneles Cândia, OAB/MS nº 9.930.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003623-6 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Anônimo - Requeridos: Áquis Junior Soares e o Município de Sidrolândia - Assunto: Apurar os fatos narrados na Manifestação n.º 11.2018.00004022-8 da Ouvidoria do MPMS relativa ao acúmulo de funções por parte de Áquis Júnior Soares na Prefeitura de Sidrolândia/MS e na Câmara Municipal de Caracol/MS. **Advogado: Áquis Junior Soares, OAB/MS nº 17.190.**

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001871-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Alessandra Correa Igleisas - Assunto: Apurar o desmatamento de 13,74 hectares de vegetação nativa em área de Savana Florestada, na propriedade rural "Fazenda Furna Chata" (CARMS0011161), no município de Maracaju/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 359/19/NUGeo (Programa DNA Ambiental - 2016-2017). **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB/MS nº 13.137.**

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001232-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Sérgio Ângelo - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada fazenda “Alegria” com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo, assim como investigar possível supressão de 31,4 hectares de vegetação nativa sem autorização ambiental.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001688-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar dano em área de preservação permanente localizada na zona urbana do Distrito de Sanga Puitã, bem como acompanhar a atuação do município de Ponta Porã/MS na responsabilização dos infratores.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000295-3 (Sigiloso) - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001129-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

- Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Douradina - Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do município de Douradina/MS e violação aos direitos dos alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, decorrente de contratações irregulares de professores para ministrar aulas na rede municipal de ensino (IC nº 17/2014, migrado para o SAJMP). **Advogado: Thiago de Lima Holanda, Procurador Jurídico Municipal, OAB/MS nº 18.255.**

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000674-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu - Requerente: Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS - Requerida: Rosania Gonçalves da Silva Souza - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, que gerou enriquecimento ilícito pela servidora Rosania Gonçalves da Silva.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001292-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Olga Cy Peixoto Boeira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Samambaia", distrito de Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã/MS. (Programa SOS-RIOS).

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000303-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Apurar a observância pelo Município de Antônio João/MS à Lei Municipal nº 770/2005, a qual autoriza a contratação de serviço de transporte coletivo de estudantes devidamente matriculados nas faculdades do município de Ponta Porã/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001014-9 (Sigiloso) - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001981-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade no quantitativo do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Maracaju/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000510-0 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Bela Vista no desempenho de seu poder de polícia junto à fiscalização dos terrenos baldios no Município. (IC nº 43/2014, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002389-6 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Celso Donizete Molina - Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Cabeceira Bom Jardim inserida em propriedade particular denominada "Boa Sorte".

6) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001223-7 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba.

7) Inquérito Civil nº 06.2019.00001925-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clovis dos Santos - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento irregular de árvores nativas na propriedade denominada Sítio Vista Alegre, localizado neste município de Ivinhema.

8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002446-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Irineu Lemes da Rosa Filho - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas sem autorização ambiental na fazenda Tijuca localizada no Distrito da Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001494-9 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Helena Bolzan de Rezende - Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do córrego Imbirussu no Lote A-7 da Quadra 23, matrícula nº 55.209 no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Campo Grande/MS.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001757-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requerido: Altieres Barroso de Lima - Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental do município de Costa Rica em relação a autuação em desfavor de Altieres Barroso de Lima, por armazenar produto perigoso a saúde humana e ao meio ambiente em desacordo com as normas legais e sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000096-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da

comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Paulo da Silva Couto - Requeridos: Município de Paraíso das Águas e Thiago Carmo de Almeida - Assunto: Apurar eventual cessão irregular do Servidor da Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas Thiago Carmo de Almeida ao Estado de Mato Grosso do Sul.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000982-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ademar Paulino da Silva, Construtora Aliança Yasbek Ltda - Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Sítio Vitória Régia, no município de Paranaíba.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002947-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Previporã - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa ensejador de dano ao erário consistente na aplicação de recursos do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Ponta Porã em fundos do Banco Gradual CCTVM S.A (Fundo Leme IMA-BPF e Fundo FIDC Leme Sênior) que não atende ao princípio da rentabilidade disposta na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001513-7 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Socorro da Silva - Assunto: Apuração de eventual ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente e providências com objetivo de isolar a APP na Quadra 23, Lote A-22, A-23, 24C e 24D, do Loteamento Jardim Itália, bairro Popular, em Campo Grande/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000306-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jesus Cleto Tavares - Assunto: Apurar possível irregularidades ambientais, desmatamentos ilegais, destruição de áreas de preservação permanente, destruição de matas ciliares do Rio Santo Antônio na propriedade rural denominada fazenda Mariely, de propriedade de Jesus Cleto Tavares, localizada no município de Guia Lopes da Laguna/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002264-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Avelino Mathias - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em razão da ocorrência desmatamento de floresta do Bioma Mata Atlântica, na propriedade nominada Fazenda Água Boa. (IC nº 03/2017, migrado para o SAJMP). **Advogado: Dalgomir Buraqui, OAB/MS nº 9.465.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002971-3 - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sociedade Beneficente Barão do Rio Branco - SBBRB - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Sociedade Beneficente Barão do Rio Branco - CNPJ 07.827.841/0001-16, especialmente no que diz respeito à utilização de veículos da entidade para atendimento de fins particulares, com destaque ao veículo adquirido com recursos oriundos do Convênio nº 19905/2012, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade, bem como na destinação dada aos computadores adquiridos com recursos oriundos do Convênio nº 24852/2015, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade. **Advogados: André Stuart Santos, OAB/MS nº 10.637 e Paulo Roberto da Silva Massetti, OAB/MS nº 15.196.**

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003166-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Flávio Esgaib Kayatt - Assunto: Apurar possíveis irregularidades e atos de improbidade administrativa nos procedimentos licitatórios realizados pelo município de Ponta Porã/MS, nos anos de 2009 a 2012, para a aquisição de materiais gráficos e contratação de prestação de publicidade institucional. (IC nº 30/2014, migrado para o SAJMP).

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002666-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A Apurar - Assunto: Investigar possível cartelização nos postos de combustíveis localizados em Ponta Porã.

7) Inquérito Civil nº 06.2016.00001175-9 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Plácido dos Santos - Assunto: apurar possível infringência às normas urbanísticas, bem como àquelas relacionadas à prevenção contra incêndio por parte dos organizadores da 3ª EXPOITÃ realizada no Centro de Eventos do Distrito Nova Itamarati, em Ponta Porã.

8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000866-6 (Sigiloso) - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande. Campo Grande, 18 de março de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

1. Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003660-7

Assunto: Proposta de elaboração de enunciado referente às remessas ao Conselho Superior do Ministério Público, pelos Órgãos de Execução, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em inquérito civil ou homologado pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP nº 179/2017 (Termo de Ajuste de Conduta) e do art. 6º, § 9º, da Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência).

Relator Conselheiro Alexandre Lima Raslan.

Julgamento adiado para a próxima sessão a pedido do Relator.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003578-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Franklin Platzeck

Assunto: Apurar supostos danos ambientais na propriedade rural denominada Fazenda Micheli, consistente na supressão de vegetação nativa da área de preservação permanente no entorno de nascentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA IRREGULARIDADE JURÍDICOAMBIENTAL DA FAZENDA MICHELE – DANOS AMBIENTAIS NÃO CONSTATADO – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR-MS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - APLICAÇÃO PARCIAL DO ENUNCIADO Nº 10 - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a inexistência de danos ambientais na propriedade, consoante aponta o parecer técnico elaborado pelo IMASUL. Além disso, após a intervenção do Ministério Público, o Requerido tomou medidas proífcuas para a regularização jurídica da propriedade, mediante a inscrição da Fazenda Michele no CAR-MS e a emissão de Licença de Operação da atividade de drenagem implementada na área rural.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.000000271-7

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: “Bar Zero Grau”

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento comercial denominado "Bar Zero Grau", que estaria prejudicando a moralidade e a ordem pública, em desconformidade com o Código de Posturas Municipal de Deodápolis/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - INADEQUAÇÕES NO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “BAR ZERO GRAU” - SUPOSTO PREJUÍZO A MORALIDADE E ORDEM PÚBLICA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois as peças de informação angariadas no curso das investigações, sobretudo os documentos produzidos pela Prefeitura Municipal, acabaram por elidir a aventada atividade irregular do empreendimento “Bar Zero Grau”.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001174-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Apurar a regularidade na utilização do incentivo financeiro referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica PMAQ, no Município de Aral Moreira.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – VERBAS ORIUNDAS E FISCALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE - INTERESSE DA UNIÃO – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 16 - HOMOLOGAÇÃO. Declínio de atribuição homologado, considerando que o programa sob investigação é financiado com verbas federais e sujeito ao monitoramento e controle de Órgãos vinculados ao Ministério da Saúde. Assim, havendo interesse da União no feito, atrai-se a atribuição do Ministério Público Federal para a condução das investigações, aplicando-se ao caso o Enunciado nº 16/2017 deste E. Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001297-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Lourenço, município de Ponta Porã (Programa SOS-Rios).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO-AMBIENTE - REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA SÃO LOURENÇO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTES COLEGIADOS - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PJG e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001198-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a abertura de valas de drenagem em área de agricultura na Fazenda Fênix, de propriedade de Márcio Helvécio Ferreira Gonçalves.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE JARDIM - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTOS DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA FÊNIX - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTES COLEGIADOS - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PJG e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000983-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no sistema de drenagem da Rodovia MS 339, no KM 04.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NO SISTEMA DE DRENAGEM DA RODOVIA MS 339 – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INADEQUAÇÕES NÃO CONSTATADAS - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois os elementos de informação angariados no decorrer da investigação, especialmente as informações da AGESUL e oriundas da solicitação de apoio ao DAEX, acabaram por atestar a regularidade do sistema de drenagem na Rodovia MS 339.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, deu-se por impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000259-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irineu Aparecido Honório

Assunto: Apurar eventuais irregularidades de armazenamento sem licença de lascas de aroeira, no Rancho Nipo Brasileiro, localizado no Município de Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - MEIO-AMBIENTE – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO RANCHO NIPO BRASILEIRO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ENTIDADE BENEFICIÁRIA NÃO CADASTRADA NO MPMS - TAC EM DESCONFORMIDADE COM A NORMA DE REGÊNCIA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 12/2017 – NÃO HOMOLOGAÇÃO.

Promoção de arquivamento não homologada, considerando que o termo de ajustamento de conduta indicou entidade beneficiária não cadastrada no Ministério Público Estadual, em desacordo com o que determina o § 2º do art. 36 da Resolução nº 15/2007-PGJ e os termos do Enunciado nº 12 deste E. Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001678-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Viventa

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 6,78 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Viventa em Bela Vista.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MEIO AMBIENTE - EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO INSTAURADO PREVIAMENTE NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA - IDENTIDADE DE PARTES E OBJETO - FENÔMENO ANÁLOGO À LITISPENDÊNCIA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, ante a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2018.00001621-8, que possui objeto e partes idênticas ao do presente procedimento, circunstâncias que atraem, portanto, a aplicação do Enunciado nº 18 deste E. Colegiado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001467-5

Grupo de Atuação Especial da Execução Penal (GAEP)

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AGEPEN/MS

Assunto: Apurar os fatos narrados no Ofício nº 0057/2018/04PJ/PPR, consistente na fiscalização do recebimento de internos no regime semiaberto, oriundos de outras Comarcas.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE - REGULARIDADE NA FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DE INTERNOS NO REGIME SEMIABERTO ORIUNDOS DE OUTRAS COMARCAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA, PORQUANTO APTA A IMPINGIR A INTERVENÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, eis que, após a atuação do Ministério Público, a Direção da AGEPEN empreendeu medidas para averiguar as inadequações no recebimento de internos oriundos de outras comarcas e orientar todos os seus estabelecimentos prisionais acerca do procedimento adequado ao caso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002659-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de favorecimento a ocupação desordenada da linha internacional, praticado pelo Shopping Calçadão Mercosul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ORDEM URBANÍSTICA - COMARCA DE PONTA PORÃ – REGULARIZAÇÃO DO SHOPPING CALÇADÃO MERCOSUL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9/2017 - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência,

aliado à instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2015.00000322-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: H. L. C. P. H. Ltda, M. P. e E. L. R.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e dano ao erário

envolvendo a empresa HOSP-LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CPNJ 06.081.203/0001-36), entrega de notas fiscais sem empenho, fragmentação de notas fiscais no fito de não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado e participação das servidoras Myriam Marcia Padial e Enir Lopes Nascimento Rosa em favorecimento financeiro ilícito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO DANO AO ERÁRIO ENVOLVENDO EMPRESA RESPONSÁVEL POR FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS AO HOSPITAL REGIONAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATO ÍMPROBO NÃO CONSTATADO - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois os elementos de informação colhidos durante o tramitar do feito, sobretudo o Relatório de Análise Técnica elaborado pelo DAEX, não dão aporte aos teores da representação anônima que o ensejou, restando ilidido o suposto favorecimento financeiro à empresa Hosp-Log Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002064-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jandir Fabris

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Rancheira II decorrente de desmatamento ilegal em área especialmente protegida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTOS DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA RANCHEIRA II - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTA COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00001130-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Garcia da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Nossa Senhora da Guia, situada em Alcínópolis-MS, de propriedade de José Garcia da Silva, decorrente de desmatamento de 36,27 ha, sem autorização expedida pelo órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - PREEXISTÊNCIA DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00000974-3 - IDENTIDADE DE PARTES E OBJETO - FENÔMENO ANÁLOGO À LITISPENDÊNCIA - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, ante a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2019.00000974-3, que possui objeto e partes idênticos ao do presente procedimento, circunstâncias que atraem, portanto, a aplicação do Enunciado nº 18 deste E. Colegiado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002430-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação e execução de serviços de limpeza e manutenção de logradouros

públicos em Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS – SUPOSTA EXECUÇÃO PARCIAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INADEQUAÇÃO NÃO AFERIDA - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, eis que os elementos de informação colhidos nos autos, sobretudo as peças que compõem o procedimento licitatório sob investigação, acabam por elidir a suposta execução parcial do contrato administrativo, eis que a utilização de veículo da Prefeitura Municipal para o carregamento e descarte das sujidades oriundas dos serviços sob análise tem aporte no Edital licitatório.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000685-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edilson Nobre de Azevedo

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Cartório de Registro de Imóveis, Protestos, Títulos, Documentos e Pessoas jurídicas de Mundo Novo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - REGISTROS DE IMÓVEIS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTAS INADEQUAÇÕES NO CARTÓRIO REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DO MUNICÍPIO - COMPROVAÇÃO DA IRREGULARIDADE NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas às normas de regência (Resolução nº 179/2017/CNMP e nº 15/2007/PGJ), aliado à instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o integral cumprimento do Acordo, consoante impõem o art. 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2016.00000475-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as providências adotadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul sobre as más condições de trafegabilidade da rodovia MS-473, em Nova Andradina.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA MÁ CONDIÇÃO DE TRAFEGABILIDADE DA RODOVIA MS- 473 – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - NÃO CONFIRMAÇÃO DA SUPOSTA OMISSÃO ESTATAL - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois os elementos de informação colacionados nos autos indicam que o Estado de Mato Grosso do Sul empreende medidas para a garantia de trafegabilidade do perímetro apontada na representação, ilidindo-se, portanto, a suposta omissão da Administração Pública.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00002811-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar irregularidade na contratação de professores não qualificados na Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Galdoni.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DISTRITO DE SANGA PUITÃ – REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ILEGALIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois as provas angariadas nos autos apontam que as contratações foram feitas em consonância com as normas de regência, aliado à informação de capacidade técnica do novo corpo docente, circunstâncias que elidem, portanto, os termos da representação anônima ensejadora do feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

18. Inquérito Civil nº 06.2019.000000808-8 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003391-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cooperativa Agroindustrial Lar

Assunto: Apurar a regularidade jurídica-ambiental da Fazenda Palmeira-Cauê.

EMENTA: PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA PALMEIRA CAUÊ – COOPERATIVA INDUSTRIAL LAR - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000770-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti, Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, Fênix Ltda.

Assunto: Apurar a legalidade dos contratos administrativos firmados pelo município de Dois Irmãos do Buriti e pelo Poder Legislativo local com a empresa Fênix Ltda.

EMENTA INQUÉRITO CIVIL - PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DENÚNCIA ANÔNIMA - IRREGULARIDADES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL E PELA PREFEITURA MUNICIPAL COM A EMPRESA FÊNIX LTDA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - IDENTIDADE QUANTO AO OBJETO DE APURAÇÃO E PARTES EM RELAÇÃO A PROCEDIMENTOS ANTERIORMENTE INSTAURADOS IC Nº 06.2017.00002340-4 - IC Nº 06.2017.00002338-1 - FENÔMENO ANÁLOGO À LITISPENDÊNCIA - ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - ESGOTAMENTO DO OBJETO DE APURAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.

O Inquérito Civil em análise foi instaurado em decorrência de manifestação anônima, em sede da qual se reputou a ocorrência de irregularidades em contratos firmados pela Câmara Municipal e pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti junto à empresa Fênix Ltda. Instruído o feito, restou constatado quando da migração dos autos físicos para o sistema SAJ/MP, que o objeto de apuração da presente investigação foi desdobrado para apuração em sede dos Inquéritos Cíveis nºs 06.2017.00002340-4 e 06.2017.00002338-1, devendo ser reconhecido o fenômeno análogo à litispendência, com consequente arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo do prosseguimento da apuração dos fatos. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002071-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades: 1) no processo licitatório na modalidade pregão para prestação de serviços de manutenção, conservação, limpeza, poda, corte de árvores, varrição e caiação em meio fio em logradouros e vias públicas no Município de Ladário/MS; e 2) na execução do contrato firmado entre o Município de Ladário e a empresa Felisberto

Geraldo Santiago - ME, para locação de equipamentos de topografia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS - LICITAÇÕES - REPRESENTAÇÃO PREGÃO - DIRECIONAMENTO EM PREGÃO PRESENCIAL Nº 0152018 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, PODA E CORTE DE ÁRVORES EM VIAS PÚBLICAS - IRREGULARIDADES EM EXECUÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2017 - LOCAÇÃO DE MATERIAIS DE TOPOGRAFIA -MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DIRECIONAMENTO LICITATÓRIO NÃO DEMONSTRADO - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS APTOS A DEMONSTRAR INEXECUÇÃO CONTRATUAL - AUSÊNCIA DE LESÃO À COMPETITIVIDADE - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar direcionamento licitatório em sede do procedimento relativo ao Pregão Presencial nº 015/2018 e irregularidades em execução do contrato administrativo nº 009/2017, realizados pelo Município de Ladário/MS. Em sede de apuração, verificou-se que o item do edital impugnado pelo foi alterado, e, conforme verificou-se, não se constatou lesão à competitividade do certame do Pregão Presencial nº 015/2018; bem como não se colheram indícios de inexecução contratual do contrato nº 009/2017. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000766-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na abertura de uma via pública, em uma área utilizada pela população, para a prática de esportes, lazer e eventos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM - IRREGULARIDADES URBANÍSTICAS - ABERTURA IRREGULAR DE VIA PÚBLICA - LOCAL DE LAZER UTILIZADO PELA POPULAÇÃO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - NECESSIDADE DE ABERTURA DE RUA PARA CIRCULAÇÃO DOS MUNICÍPIES - ÁREA PÚBLICA - COMPETÊNCIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, USO, PARCELAMENTO E CONTROLE DO SOLO URBANO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Constatou-se através dos documentos acostados aos autos que o município tem responsabilidade pela política de ocupação do solo urbano na cidade de Coxim, sendo seu dever fiscalizar, controlar e regularizar as ocupações, as aberturas de vias públicas, à ordem urbanística, nos termos da legislação vigente. Desse modo, no caso em tela, não houve irregularidades ou ofensas a interesses que reclamem a tutela ministerial, impondo a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002038-8

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Instituto Gerir - Hospital Regional Doutor José de Simone Neto

Assunto: Apurar negligência médica ocorrida no atendimento de gestante no

Hospital Regional de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL NEGLIGÊNCIA MÉDICA OCORRIDA NO ATENDIMENTO DE GESTANTE NO HOSPITAL REGIONAL DE PONTA PORÃ/MS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - AUSÊNCIA DE LESÃO AOS DIREITOS DIFUSOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As diligências empreendidas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer o objeto dos autos, à medida em que o caso de óbito fetal ocorrido no Hospital Regional de Ponta Porã não apontou deficiência sistêmica no atendimento prestado à gestante. De igual forma, não restaram comprovadas que as complicações que resultaram na morte do feto tiveram relação ao medicamento ministrado durante o atendimento à Janaína Ferreira. Outrossim, sublinhe-se que cabe ao *Parquet* tutelar os direitos difusos, de maneira a manter as garantias fundamentais efetivas para a sociedade, não se podendo imputar qualquer tipo de negligência da equipe do hospital.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000380-0

2ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Delegacia de Polícia Civil de Camapuã

Assunto: Acompanhar e manter a regularidade e adequação do controle externo da atividade policial, ou, ainda, apenas retificar eventuais pendências internas quanto aos devidos registros cadastrais relativos a inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ACOMPANHAR E MANTER A REGULARIDADE E ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - COMARCA DE CAMAPUÃ/MS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DO ASSUNTO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade deste Inquérito Civil, haja vista que o seu objeto, uma vez que foram tomadas as providências necessárias, bem como foi instaurado um Procedimento Administrativo registrado sob o nº 09.2019.00000417-0 para acompanhar as fiscalizações posteriores, por ser instrumento mais adequado à realidade fática da investigação. Com base Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, é cabível a instauração de procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições (art. 8º, inciso II).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001376-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão e comportamento incompatível com a função de Conselheira Tutelar de Simarcia Evangelista da Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES/MS - APURAÇÃO DE CONDUTA INADEQUADA DE CONSELHEIRA TUTELAR - AÇÃO CIVIL PÚBLICA INSTAURADA - NÃO COMPROVAÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Primeiramente, impende pontuar que em decorrência da constatação de possível comportamento incompatível de Simarcia Evangelista da Silva para com os menores Willian e Joeliton, houve o desentranhamento dos documentos pertinentes ao caso (Inquérito Civil nº. 013/2015), resultando na propositura da Ação Civil Pública nº. 0800577-90.2015.8.12.0039. Outrossim, consoante as informações obtidas durante a investigação do presente feito, as irregularidades apontadas envolvendo os menores Elson e Hamanda não restaram devidamente comprovadas. Ademais, conforme esclarecimentos prestados pelo Conselho Tutelar de Pedro Gomes, a Srª. Simarcia Evangelista da Silva não está mais nos quadros de servidores do referido Conselho.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000597-9**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AAMI Associação de Amparo à Maternidade e à Infância Maternidade Cândido Mariano

Assunto: Apurar se está sendo executado o novo Protocolo de Prevenção de Infecção de Sítio Cirúrgico ISC, instituído aos 05.05.2015, através da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da Associação de Amparo à Maternidade Cândido Mariano (AAMI).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADES CONSISTENTES NA AUSÊNCIA DE PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO DE PREVENÇÃO DE INFECÇÃO DE SÍTIO CIRÚRGICO - IMPLANTAÇÃO DE DIVERSAS NORMAS SANITÁRIAS PARA EVITAR CONTAMINAÇÕES E INFECÇÕES NO CENTRO CIRÚRGICO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PRÓPRIO PARA APURAR AS DEMAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que houve a devida implantação do Protocolo Operacional Padrão de Prevenção de Infecção de Sítio Cirúrgico, consistente em uma lista de normas a serem seguidas pelos funcionários da saúde, antes de sua entrada no centro cirúrgico, a fim de evitar contaminações e infecções hospitalares. Além disso, em relação as demais irregularidades constatadas em relatório de Inspeção da Vigilância Sanitária, houve a instauração de Inquérito Civil

próprio para apurar os fatos. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001184-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por irregularidades no Edital de Licitação n.º 004/2015, publicado pela Comissão de Licitação Pública Permanente da Assembleia Legislativa de MS, tendo em vista exigência que impediu diversas empresas de participarem do certame, o que em tese, frustrou o caráter competitivo considerando que somente uma empresa teria participado e vencido a concorrência pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA -IRREGULARIDADE EM PROCESSO DE LICITAÇÃO - CLÁUSULA EM EDITAL FORA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO - CERTAME LICITATÓRIO DEVIDAMENTE REALIZADO - REGISTRO NO CREA/MS NECESSÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a contratação da empresa Easy Net Tecnologia, não ofendeu as normas da Lei de Licitação, não se verificando, ainda, eventual sobrepreço ou qualquer outro indício de má-fé. Ainda, verifica-se que o CREA era o Conselho responsável pela fiscalização dos profissionais de informática e tecnologias até o ano de 2018. Assim, não se caracteriza o direcionamento de licitação, a cláusula que determina a inscrição de empresa de informática no CREA/MS. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000008-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no “Lago do Amor”, corpo hídrico localizado nas proximidades da UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, consistente na eventual ocorrência de processo de assoreamento que, segundo reclamação apresentada, já estaria evidenciada pela formação de praias artificiais, instaladas às margens do referido lago.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DESASSOREAMENTO DO LAGO DO AMOR - PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - ENTE PÚBLICO FEDERAL - INTERESSE DA UNIÃO - NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO REFERENDADO. Depreende-se dos presentes autos, que as irregularidades referentes a Fundação Pública Federal, notadamente envolvendo o desassoreamento de lago pertencente a reserva natural da UFMS, atrai a incidência do art. 109, I, da CF, cabendo ao Parquet Federal à apuração de eventuais irregularidades. Desse modo, voto pelo referendo do presente declínio de atribuição. Determino ainda a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que proceda a sua remessa à Procuradoria da República no Município de Campo Grande/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003355-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Madeireira Albano Silva Ltda.

Assunto: Apurar o transporte ilegal de 32,164m³ de madeira serrada pela empresa Madeireira Albano Silva Ltda e de 11.644m³ de madeira serrada pela empresa Ilha Grande Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, com Documento de Origem Florestal DOF vencido.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - TRANSPORTE DE MADEIRA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL VENCIDO – DANO AMBIENTAL NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme documentos apresentados pela empresa requerida, esta possuía a documentação pertinente da carga de madeira, entretanto devido a problemas mecânicos no decorrer do percurso, o Documento de Origem Florestal - DOF teve seu prazo expirado. Ademais, consoante Laudo de Constatação emitido pelo IMASUL, a empresa proprietária da carga e a empresa que realizava o transporte sofreram sanções administrativas, bem como houve a instauração de processo criminal nº 0000913-33.2019.8.12.0025, em trâmite no

Juizado Especial Criminal. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000539-8

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Investigar a ausência de sistema eficiente de drenagem pluvial da rua Seferino Dávila Monteiro, bairro Júlia Cardinal, gerando por consequência alagamentos em residências daquela região.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A AUSÊNCIA DE SISTEMA EFICIENTE DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SEFERINO DÁVILA MONTEIRO, BAIRRO JÚLIA CARDINAL, GERANDO POR CONSEQUÊNCIA ALAGAMENTOS EM RESIDÊNCIAS DAQUELA REGIÃO. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram sanadas, porquanto verificou-se que a via, objeto da denúncia, apresenta boas condições de trafegabilidade, tendo ocorrido seu “cascalhamento”. Assim, nas palavras do i. Promotor de Justiça, considerando que o problema objeto desta investigação foi solucionado de maneira simples, não se justifica a prorrogação do prazo de conclusão do presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001414-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Flávio Esgaib Kayatt e Paulo Vieira da Silva

Assunto: Investigar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização indevida e para uso pessoal do veículo automotor GM/Montana, placas JOX 7679, perdido à União em razão de sentença judicial proferida nos autos nº 2008.60.001446-4 da 2ª Vara Federal de Dourados, por agentes públicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO INDEVIDA E PARA USO PESSOAL DO VEÍCULO AUTOMOTOR GM/MONTANA, PLACAS JOX 7679, PERDIDO À UNIÃO EM RAZÃO DE SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS Nº 2008.60.001446-4 DA 2ª VARA FEDERAL DE DOURADOS, POR AGENTES PÚBLICOS. EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM TRÂMITE NA JUSTIÇA FEDERAL VERSANDO SOBRE O MESMO OBJETO E PARTES DESTES AUTOS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE INVESTIGATIVA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ATENÇÃO AO ENUNCIADO Nº 16/CSMP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA PROVIDÊNCIAS E ANOTAÇÕES.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não conheceu da promoção de arquivamento, e nos termos do voto do relator que, de ofício, recebeu como declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 9.º-A, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, e do Enunciado n.º 16/CSMP e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002362-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar as condições de funcionamento, adequação e eficiência do Serviço de Assistência Especializada - SAE, prestado pelo Município de Ponta Porã aos usuários do Sistema Único de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA - SAE, PRESTADO PELO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de

Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004213-1 (fl. 607) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002800-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Promotor de Justiça: Gabriel da Costa Rodrigues Alves

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento denominado "2Boss Barber Club".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO DENOMINADO "2BOSS BARBER CLUB". ESTABELECIMENTO NÃO ESTÁ MAIS EM FUNCIONAMENTO. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto investigado, porquanto o estabelecimento em questão não está mais em funcionamento, conforme certificado por auxiliar da Promotoria de Justiça à fl. 67. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001489-0

67ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Universidade Anhanguera - Uniderp

Assunto: Fiscalizar suposto desrespeito à alunos com deficiência visual bem como aquelas com mobilidade reduzida, na Universidade Anhanguera-Uniderp, nesta Capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. FISCALIZAR SUPOSTO DESRESPEITO À ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL BEM COMO AQUELAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, NA UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, porquanto o requerido cumpriu com as exigências de acessibilidade feitas pela SEMADUR para a regularização do prédio da Universidade. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000440-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Naviraí

Requerido: Mauri Antonio Mazurek

Assunto: Apurar supostos danos ambientais provocados na Fazenda Santo Antônio de Pádua, objetos de autuações pela Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTOS DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS NA FAZENDA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, OBJETOS DE AUTUAÇÕES PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2016.00004327-4 (fl. 4) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002844-7

67ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 6º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande

Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 6º Tabelionato de Notas da Comarca de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. TOMAR PROVIDÊNCIAS SOBRE A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NO CARTÓRIO DO 6º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE CAMPO GRANDE. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, porquanto o requerido cumpriu com as exigências de acessibilidade feitas pela SEMADUR para a regularização do prédio do 6º Serviço Notarial de Campo Grande/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001279-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Izidoro Junior Melo Pariz

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,29 hectares no imóvel rural denominado Fazenda Recanto do Jatobá, de propriedade de Izidoro Junior Melo Pariz.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 3,29 HECTARES NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA RECANTO DO JATOBÁ, DE PROPRIEDADE DE IZIDORO JUNIOR MELO PARIZ. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000162-9 (fls. 103/104) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001383-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Funsaud Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, Wareline do Brasil Desenvolvimento de Software Ltda, SISTEMAQ Automação de Escritório Ltda e AC de Mello & Cia Ltda - ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas dispensas de licitação que resultaram na contratação de empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de equipamentos de informática, pela FUNSAUD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS DISPENSAS DE LICITAÇÃO QUE RESULTARAM NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E FORNECEDORAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PELA FUNSAUD. RECURSOS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. VERBAS ORIUNDAS DO SUS. COMPETÊNCIA FEDERAL. NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ATENÇÃO AO ENUNCIADO Nº 16/CSMP. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002059-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jose Adair Barcelos Luz, Valdemar Rodrigues Pereira, Dalva Aparecida da Rocha Pereira e Sebastiana Cáceres da Luz

Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado Fazenda Dona Zefa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO ILEGAL NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA DONA ZEFA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001322-5 (fl. 116) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001811-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alexandre Penna Cardoso - ME - Ótica Amigos da Visão

Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Alexandre Penna Cardoso - ME (Ótica Amigos da Visão).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A EMPRESA ALEXANDRE PENNA CARDOSO - ME (ÓTICA AMIGOS DA VISÃO). INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2020.0000142-9 (fl. 28) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001397-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Deilton Alves Machado

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental em criadouro de propriedade do Sr. Deilton Alves Machado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL EM CRIADOURO DE PROPRIEDADE DO SR. DEILTON ALVES MACHADO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000042-0 (fls. 34/35) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00002872-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Paranhos

Assunto: Apurar irregularidades no Processo Seletivo Simplificado de provas Edital 004/2018.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS - EDITAL 004/2018. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades que originaram a presente investigação foram devidamente sanadas, uma vez que o Município de Paranhos/MS acatou e cumpriu a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual às fls. 77-84. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento. ***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002677-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a estruturação material e humana, bem como a adequação e eficiência na execução dos serviços socioassistenciais de proteção básica e especial prestados, respectivamente, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A ESTRUTURAÇÃO MATERIAL E HUMANA, BEM COMO A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL PRESTADOS, RESPECTIVAMENTE, PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E PELOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Ponta Porã, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004367-4 (fl. 552) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00001381-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciado no uso indevido de veículos oficiais por servidores do Município de Pedro Gomes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSUBSTANCIADO NO USO INDEVIDO DE VEÍCULOS OFICIAIS POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES/MS. DENÚNCIA GENÉRICA E DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o Município de Pedro Gomes cumpriu com a recomendação expedida pela Promotoria de Justiça ao estabelecer um sistema de controle e comprovante de uso dos veículos municipais, conforme documentos de fls. 59-69. Demais disso, verifica-se que a denúncia que originou o procedimento é vaga, indicando genericamente que funcionários públicos do Município de Pedro Gomes/MS estariam usando os carros oficiais para uso próprio, sem apontar datas ou situações em que os veículos estariam sendo utilizados indevidamente. Após diligências, não restou comprovado nenhum ato de improbidade administrativa, uma vez que a recomendação ministerial foi acatada e que os elementos trazidos na denúncia foram extremamente vagos. Dessa forma, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, o arquivamento é medida que se impõe. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00001558-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: José dos Santos Araújo

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventual irregularidade na eleição da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vicentina (VicentinaPrev).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VICENTINA (VICENTINAPREV). IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, não se pode confundir as expressões "recondução" com "reeleição", não havendo ilegalidade na eventual candidatura do requerido para presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Vicentina. Além disso, durante toda investigação, não se provou a existência de algum ato que demonstre a ilegalidade das eleições e reconduções, bem como eventual dano que o Município tenha suportado em razão dos fatos, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00001482-0

Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual malversação de recursos públicos oriundos da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, destinados ao pagamento de serviços de publicidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ORIUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL, DESTINADOS AO PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. DENÚNCIA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. CONTRATO FIRMADO ENTRE A EMPRESA "COMUNIART" E A PREFEITURA DE NOVA ALVORADA DO SUL ENCAMINHADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA ANÁLISE. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS NO PRESENTE PROCEDIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, após diligências, verifica-se que restou comprovado nos autos somente a existência de contrato firmado entre a Prefeitura de Nova Alvorada do Sul e a empresa Comuniart Comunicação e Marketing Ltda – EPP, o qual foi rescindido em 19 de julho de 2018. Verifica-se, também, que a contratação da empresa Comuniart, e suas respectivas prorrogações, está submetida ao crivo do Tribunal de Contas do Estado, conforme Processo TC/14863/2013 (fls. 851-1888). E, da análise da cópia do Processo do TCE, não se vislumbra, a priori, qualquer indício de irregularidade que demande providência específica em relação a tal contratação. Dessa forma, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, o arquivamento é medida que se impõe. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000841-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar ausência de Plano Municipal de Saúde 2018, perante a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, em violação aos princípios constitucionais da eficiência, proporcionalidade e moralidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AUSÊNCIA DE PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018, PERANTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS, EM VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EFICIÊNCIA, PROPORCIONALIDADE E MORALIDADE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Nota-se que a Secretaria Municipal de Saúde justificou que o atraso na apresentação do Plano Municipal de Saúde ocorreu em razão da necessidade de inserção do Regimento Interno e Organograma da Secretaria Municipal de Saúde, o que exigiu maior tempo para sua elaboração; 3. Ademais, restou demonstrado que o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 foi elaborado em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal (LDO) e Plano Plurianual da Saúde (PPA), sendo, posteriormente, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, encontrando-se vigente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-

PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 17 de março de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Homologado o resultado e a regularidade da licitação e adjudicado o objeto da Concorrência nº 5/CPL/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3297/2019).

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de construção do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Corumbá/MS, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários.

Vencedora: Soares e Trefzger Ltda., com o valor global de R\$ 5.498.541,88.

Justificativa: Adjudicação e Homologação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 18 de março de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 017/2020-SGP

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos de Convocação nº 015/2020-SGP, publicado no DOMP nº 2151 e nº 016/2020-SGP, publicado no DOMP nº 2.160, de 10 de março de 2020.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Campo Grande	Graduação - Administração	ALESSANDRA APARECIDA KRIUKAS	9º
Campo Grande	Pós-Graduação - Administração	ARTHUR BAUERMEISTER STELO	11º
Campo Grande	Graduação – Ciências Contábeis	EMILLY RAQUEL SILVA FERNANDES	1º

Campo Grande, 18 de março de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 018/2020-SGP**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DESISTÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Campo Grande	Pós-graduação - Administração	MILENE OVANDO FERNANDES	10º
Dourados	Ensino Médio – Nível Médio	THALISSON ALVES FLEITAS	20º
Ponta Porã	Ensino Médio – Nível Médio	LUCAS MATEUS ORTIZ FERREIRA	7º

Campo Grande, 18 de março de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 019/2020-SGP**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de ser empossado da candidata abaixo relacionada, aprovada no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Campo Grande	Graduação – Administração	ANNA CLARA GOMES MORAIS	4º

Campo Grande, 18 de março de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 020/2020-SGP**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICO** o **indeferimento** da admissão ao estágio do candidato abaixo relacionado aprovado no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

I – INDEFERIMENTO DA ADMISSÃO

Indefere-se a admissão do candidato convocado, uma vez que não cumpre os requisitos do Item 3 do Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019.

DOURADOS – NÍVEL MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
17º	LUCAS FERRAZ DA SILVA

Campo Grande, 18 de março de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000120 DE 17.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1161/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 8.925,00 (oito mil novecentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000120 de 17.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000121 DE 17.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1161/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.965,00 (um mil novecentos e sessenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000121 de 17.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000122 DE 17.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1161/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.851,00 (três mil oitocentos e cinquenta e um reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000122 de 17.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS, TCE/MS, SEMAGRO E IMASUL

Processo nº PGJ/10/4544/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Conselheiro Presidente, **Iran Coelho das Neves**;

3- **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR**, representada por seu Secretário de Estado, **Jaime Elias Verruck**, juntamente com a sua autarquia, **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Diretor-Presidente, **André Borges Barros de Araújo**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, de forma a orientar municípios e consórcios municipais para a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, visando à efetiva e adequada tutela do meio ambiente na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010.

Vigência do Convênio: 02.03.2020 a 02.03.2022.

Data da assinatura: 02 de março de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.991 DE 19 DE JUNHO DE 2019 (PÁGINAS 33 A 34), NO DOMP-MS 2.054 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 14 A 15) E NO DOMP-MS Nº 2.116 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 23 A 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/0906/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1- **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**;

2.2- **MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA**, representada por **Maria Luiza Zandavalli Demeterco**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 11/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes, espiral e filme *stretch*), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Envelope saco, papel <i>kraft</i> ouro nº 28, medindo 200 x 280mm, com no mínimo 80g/m². Caixa com 250 envelopes. Marcas de referência: Ipecol, Celucat,	Caixa	100	R\$ 64,40

	Scrity e Foroni. Marca: Celucat. Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.			
2	Espiral plástico, 29mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo. Marca: Usa Folien. Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.	Unidade	1.000	R\$ 0,86
3	Espiral plástico, 33mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo. Marca: Usa Folien. Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.	Unidade	1.000	R\$ 0,96
4	Espiral plástico, 50mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo. Marca: Usa Folien. Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.	Unidade	100	R\$ 1,94
5	Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A5 - 14,8cm x 21cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 1,20
6	Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A4 - 21cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 1,50
7	Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A3 - 42cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 2,10
8	Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A4 - 21cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 0,97
9	Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A3 - 42cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 1,14
10	Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho 40cm x 50cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 1,35
11	Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho 60cm x 100cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo. Marca: Veloplastic. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	1.000	R\$ 2,10
12	Filme Stretch, 25 micras, 500mm de largura, rolo de 200 metros. Marca: Centrocino. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Rolo	500	R\$ 32,40
13	Envelope com lacre, tipo <i>starlock</i> , medindo 265mm de largura x 345mm de altura. Marcas de referência: FME smad, ELC e Proseg lacres. Marca: ELC. Empresa vencedora: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.	Unidade	2.000	R\$ 2,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de junho de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 001/2020/28ªPJ/CGR**

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000236-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Assunto: Apurar a violação dos direitos de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS (alojamentos com péssimas condições estruturais, bem como inadequados e insalubres) - Necessidade de reforma geral da referida Unidade.

Campo Grande/MS, 12 de março de 2020.

VERA APARECIDA CARDOSO BOGALHO FROST VIEIRA

Promotora de Justiça

Dispõe sobre expedição de plano de prevenção ao contágio e de manejo de eventuais casos infectados por coronavírus (COVID-19) no interior das Unidades Socioeducativas de Internação e Semiliberdade da Comarca de Campo Grande – MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça adiante assinado(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, incisos II e IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93; artigo 132, inciso II, da Constituição Estadual de 1989; artigo 28, incisos I e II e artigo 29, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, bem como pelo artigo 201, inciso VIII e §§ 2º e 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e

CONSIDERANDO que é dever do Estado zelar pelos direitos assegurados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, aí incluídos os direitos à saúde e integridade física e mental, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção, segurança e prevenção, na forma do artigo 125 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e disposições correlatas contidas nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e demais normas internacionais aplicáveis;

CONSIDERANDO a responsabilização dos agentes públicos pela guarda e cuidados com adolescentes privados de liberdade, em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, em *unidades de internação* (art. 28, da Lei 12.594/2012 e art. 97 do ECA);

CONSIDERANDO a necessidade de permanente observância dos direitos assegurados ao adolescente privado de liberdade, em caráter provisório ou definitivo, na forma dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sobretudo a proteção à vida, à saúde e à integridade física;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, bem como, em 11 de março de 2020, classificou a situação mundial como pandemia;

CONSIDERANDO a edição da Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do referido vírus;

CONSIDERANDO a edição pelo Ministério da Saúde da Portaria nº 188/2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, e da Portaria nº 356/2020, a qual dispõe sobre a regulamentação e operacionalização da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a disseminação rápida do Novo Coronavírus (COVID-19) em escala global e mais recentemente no Brasil impõe uma resposta coordenada e imediata de todas as organizações públicas e privadas no sentido de evitar a propagação da infecção e transmissão comunitária da doença;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas profiláticas, de controle e contenção dos riscos e agravos à saúde ocasionados pela COVID-19.

CONSIDERANDO os riscos de contágio pelo vírus nos centros socioeducativos do Estado do Ceará, em face da aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a saúde das pessoas privadas de liberdade, dos familiares e amigos, bem como dos servidores que laboram nos procedimentos afetos às unidades socioeducativas;

CONSIDERANDO o princípio básico do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à responsabilidade primária e solidária do Estado (art. 100, parágrafo único, inc. III), no sentido de que toda medida protetiva deve se pautar por critérios de precocidade, vale dizer, as medidas devem ser tomadas quando a situação de ameaça potencial do direito ainda se apresenta em seus estágios iniciais, com planejamento e previsão de intervenções que evitem o agravamento da situação;

CONSIDERANDO, por fim, que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinadas à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerente à matéria;

CONSIDERANDO que consiste atribuição da 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, consoante disposto no art. 3, inciso IV, alíneas “c” e “d”, da Resolução nº 018/2010-PGJ, fiscalizar as entidades de internação e semiliberdade da Comarca de Campo Grande MS, que atendam adolescentes autores de atos infracionais, e adotar medidas extrajudiciais e judiciais que se fizeram necessárias para o seu adequado funcionamento, acompanhando-o até o julgamento final, promovendo medidas cabíveis para a garantia dos direitos fundamentais ao adolescente privado de sua liberdade, nos casos autorizados em lei.

RESOLVE RECOMENDAR

AO SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIOEDUCATIVA – SAS o que segue:

Seja expedido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do presente documento, Plano de Contingência de Prevenção ao contágio, bem como de Manejo de eventuais casos de infectados pelo vírus COVID-19 (coronavírus) dentro das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, tanto no que diz respeito aos servidores/colaboradores como em relação aos socioeducandos, mediante adoção das seguintes providências especialmente:

- Implementação ou reforço efetivo de práticas de higiene por parte de socioeducandos e servidores/colaboradores, garantindo de modo prioritário, para as Unidades de Internação e Semiliberdade da Comarca de Campo Grande, materiais de uso pessoal e de higiene para todos os profissionais do sistema socioeducativo, bem como para os adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação e semiliberdade.

- Garantia de modo prioritário a vacinação de H1N1 à adolescentes, jovens, servidores e colaboradores das unidades socioeducativas, bem como fornecimento imediato de álcool em gel, máscaras e luvas para todos os profissionais dentro das unidades;

- Garantia de modo prioritário aos adolescentes internados, de máscaras, se necessário, bem como luvas, estas

últimas, quando das limpezas dos alojamentos, que devem ser devidamente acompanhadas pelos agentes de medidas socioeducativas;

- Controle e supervisão de visitas, em especial, daquelas que apresentarem sintomas de resfriados, comunicando antecipadamente os familiares dos socioeducandos sobre a gravidade do COVID-19, orientando-os para que deixem de comparecer as visitas nas UNEIs, caso apresentem febre, tosse, coriza, mal estar, etc.;

- Limitar as visitas semanais, a um visitante por adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação;

- Definição de locais em separado para destinação dos socioeducandos que apresentem sintomas de gripe e do COVID-19 (coronavírus), bem como pronto-atendimento;

Encaminhe-se a presente Recomendação Ministerial ao Senhor Superintendente da Superintendência de Assistência Socioeducativa– SAS, para fins de cumprimento imediato.

Outrossim, encaminhe-se cópia da presente recomendação ministerial à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (SEJUSP); à Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul (SES), ao Centro de Apoio Operacional (CAO) da Infância e da Juventude – MPE-MS, à Corregedoria Geral do Ministério Público Estadual

Por fim, encaminhe-se cópia da presente Recomendação Ministerial para o setor competente com vistas à publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Campo Grande/MS, 17 de março de 2020.

VERA APARECIDA CARDOSO BOGALHO FROST VIEIRA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0018/2020/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2020, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) até o 5º (quinto) dia subsequente à publicação deste.

Amambai (MS), 17 de março de 2020.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N. 001/2020

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Amambai		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Amambai	
Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Amambai		Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Amambai	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse 000.001 Controle de Processo e Correspondências - 2004 a 2011;	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.002 e 003	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-	2004	2011

Correspondências expedidas e recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.)	PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.		
Classe/Subclasse 000.004 Livros de protocolo	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.005 Requisições de material de consumo	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2011
Classe/Subclasse 000.006 Relatórios técnicos de serviços de informática (STI)	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2011
Classe/Subclasse 000.007 Convites e malas diretas	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.008 Relatório de atividades - mensal	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.009 Requisições de diárias	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.010 Relatórios de viagem	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.011 Certidões expedidas	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.012 Requerimentos para cursos	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.013 <i>Currículo vitae</i>	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 000.014 Listas telefônicas	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.001 Atas de reuniões	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.003 Livro de registro de documentos	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.004 Termos/oitivas de declarações	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.007 Notificações	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.009 Cartas precatórias	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2011
Classe/Subclasse 200.040 Pedidos de providências ou requisições de diligências em intervenção pré-processual	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2005	2005
Classe/Subclasse 200.047 Relatórios de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2011
Classe/Subclasse 200.0560 Termos de audiência e de apresentação de adolescente	Conforme disposto no anexo II da Resolução 25/2018-PGJ, de 6, de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2011
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Roberson Rosalin de Freitas – Técnico II – Mat. 801678-0 Preenchido em : 13 de março de 2020			

Amambai (MS), 17 de março de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2020/02PJ/CLA

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000776-7

Recomenda providencias para contenção do amplo contágio pelo Coronavirus

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurar-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO os termos do inciso VI e VII do artigo 5º da Carta Republicana os quais prevêm: "VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora vivenciado no contexto do Coronavirus;

CONSIDERANDO ter sido classificado, na última quarta-feira (11/03/20), pela Organização Mundial da Saúde, o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, de acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS que “Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou, tendo sido, no Brasil, foram anunciadas hoje as duas primeiras mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 234 casos confirmados, com igual confirmação para a transmissão comunitária;

CONSIDERANDO, pelos dados oficiais divulgados, a existência de mais de 2.064 casos suspeitos em todo o país, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada.

CONSIDERANDO a previsão inserta no artigo 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que "Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual n. 15.393/ de 17/03/2020, o qual suspendeu no âmbito das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul as aulas presenciais até o dia 6 de abril de 2020 como medida de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO a suspensão das missas e catequeses pela Arquidiocese de Porto Alegre e de Campinas de modo espontâneo, como medida de colaboração com o Poder Público na contenção da pandemia do Coronavírus, principalmente pelo efeito de amplo contato social dos sacerdotes por ocasião dos cultos;

CONSIDERANDO o precedente judicial n. 1000010-12.2020, do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual suspendeu o evento conhecido por "Terço das Mulheres" e demais eventos no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO que foram utilizados pelo i. Magistrado exclusivamente os critérios da OMS para a classificação do coronavírus como pandemia, para a formação do juízo de gravidade da "situação a ser enfrentada" para determinar a suspensão por 30 dias dos atos religiosos;

CONSIDERANDO as notícias de que o Bispo da Diocese de Três Lagoas está realizando neste momento viagens e visitas nas escolas e presídios em todos os municípios sob sua circunscrição eclesiástica, acompanhado de membros da comunidade de cada localidade e dos padres locais;

CONSIDERANDO a expedição nesta data da Recomendação n. 62/2020 pelo Exmo Sr. Presidente do CNJ, com fins a inibir a propagação da pandemia no âmbito dos presídios e durante os atos judiciais de comparecimento presencial como audiências etc nas dependências do Poder Judiciário, em tudo aproveitáveis, por analogia à realidade de Cassilândia;

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo coronavírus não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO que estatisticamente a escola é o primeiro ambiente institucional a revelar não somente contextos de violência doméstica e familiar, como de contágio de doenças graves e infecciosas e infestações de outros patógenos, os quais comumente se alastram para os demais alunos;

CONSIDERANDO que é obrigação legal e ética dos profissionais de saúde e de educação comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente, punível a omissão com pena de multa, salvo se a conduta não constituir infração mais grave (art. 245 do ECA), sendo assim também considerada o perigo de contágio de doença grave;

CONSIDERANDO tramitar nesta 2ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n.n.09.2020.00000776-7, com o objetivo de Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Secretaria de Saúde de Cassilândia para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV);

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às "*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*";

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, resolve RECOMENDAR aos seguintes órgãos, instituições, entes e ao público em geral, a adoção das seguintes providências:

Ao Município, na pessoa do Prefeito Municipal e todas as Secretarias Municipais:

- Que seja considerada a possibilidade de extensão no Município de Cassilândia os efeitos do Decreto Estadual n. 15.393/2020, o qual suspendeu as aulas presenciais até 6/04/2020, devendo ser justificada a não interrupção das aulas por escrito e de forma tecnicamente fundamentada;
- Que sejam realizadas ações informativas acerca da Covid-19 para toda a população, por todos os meios comunicação à disposição e tomadas medidas de prevenção junto ao agentes públicos de TODAS AS ÁREAS, para rápida identificação dos casos suspeitos de infecção do coronavírus, nos termos da Lei 13.979/2020, em especial os que acometam AGENTES PÚBLICOS e que possam impactar os serviços e tenham potencial de ampla contaminação;
- Que sejam orientada a adoção de medidas preventivas de higiene, e realizada a fiscalização pela vigilância sanitária, tais como aumento da frequência de limpeza de todos os espaços de circulação e permanência nas escolas, nos órgãos públicos, igrejas, supermercados, clínicas, salões de beleza e restaurantes, com atenção especial para higienização de banheiros compartilhados, com a instalação de dispensadores de álcool gel nas áreas de circulação, entre outros;
- Que sejam envidados esforços para que não haja interrupção no fornecimento de água em todas as casas de Cassilândia, durante o período pandêmico, o que pode agravar a pandemia, pela interrupção da higiene;
- Que sejam adotadas providências para evitar ao máximo a comunicação entre os alunos durante o transporte escolar, garantindo-se a diminuição de espalhamento de fluidos corporais/salivares e a manutenção de distância respiratória mínima e a salubridade do veículo durante o período de adaptação previsto no artigo n. decreto estadual n. 15.393/2020, caso as aulas sejam suspensas;
- Que seja cobrado aos profissionais de saúde municipais que prestam atendimento aos presos no presídio de Cassilândia, a realização de triagem AOS VISITANTES, a com vistas à identificação prévia de pessoas suspeitas de diagnóstico de Covid-19 e prevenção do contato com a população presa ou internada, devendo ser informado imediatamente à equipe de contenção da UBS da residência do visitante para pronta orientação, de preferência longe das salas de espera em compartilhamento com outros doentes ou em sala isolada para esse atendimento;
- Que sejam disponibilizados profissionais médicos que possam se deslocar ao presídio para a coleta de material em caso de necessidade de exame, evitando-se a paralisação da viatura da Polícia Militar para o transporte, com a potencial contaminação dos poucos policiais militares lotados no município e do próprio veículo;
- Que seja cobrada pela Secretaria Municipal a criação em todas as unidades de saúde e hospitais do município uma sala destinada ao atendimento dos pacientes suspeitos, evitando-se a propagação potencial do vírus nos corredores de espera, devendo esta, nesses casos, ocorrer em separado;
- Que sejam fornecidos equipamentos de proteção individual para os agentes públicos de saúde que façam atendimento e triagem no presídio e escolas e nas residências, para o controle e contenção do Covid-19;
- Que seja aventada a possibilidade de criar-se uma equipe de saúde direcionada ao atendimento telefônico estritamente para dúvidas e orientações sobre o coronavírus, devendo o número telefônico ser alvo de ampla divulgação;
- Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos do artigo 268/CP;

A todos os dirigentes de Igrejas no município de Cassilândia e à Diocese de Três Lagoas:

1. que adotem postura de responsabilidade social, para a proteção dos fiéis e dos não adeptos à religião professada, sem prejuízo do exercício da Liberdade religiosa prevista no artigo 5º da CF, no sentido de ESPONTANEAMENTE envidar esforços para que os eventos que importem em aglomerações de pessoas no âmbito da instituição religiosa a cargo de cada um se reduzam ao mínimo existencial religioso, preferencialmente sendo suspensos

os atos públicos, as pastorais, as caravanas, as visitas não solicitadas nas escolas, órgãos públicos, presídios, devendo ser priorizados/ estimulados os momentos de contemplação/oração solitários, pelo alto poder contaminante do COVID-19, e pelo amplo espectro de alcance de carga viral que o momento da comunhão nas missas e cultos impõe ao sacerdote, o que pode o transformar em vetor silencioso/involuntário do vírus, com potencial de alastramento da pandemia pelo interior do Estado, evitando-se a suspensão desses atos pela via judicial, com base no precedente n. 1000010-12.2020.8.26.0621 do TJSP; na mesma oportunidade, recomenda sejam orientados a todos os sacerdotes que respeitem as medidas e recomendações de contenção expedidas pelo Poder Público, em todas as leis, regulamentos, decretos, resoluções e portarias, sob pena de responsabilidade penal (268 do CP) ;

A todos os Diretores de Escolas Públicas ou Privadas em exercício em Cassilândia, enquanto não suspensas as aulas (período de adaptação):

1. Sejam evitadas durante o período de adaptação previsto no DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, OU FORA DELE, se for o caso, quaisquer atividades extraclasse que imponham a junção de turmas e agravem o contato interpessoal dos alunos, com o fim de conter eventual propagação da doença;
2. sejam envidados esforços para o fracionamento dos intervalos (recreios), evitando o contato entre turmas diversas durante o período de alimentação, se possível;
3. sejam evitadas palestras, cinemas, e quaisquer atividades fora de sala de aula congêneres que impliquem aglomeração e junção de turmas e visitação externa;
4. Seja dada prioridade à disposição de cadeiras intraclasse de modo a manter a distância respiratória de segurança, qual seja a de 2 metros;
5. sejam informados ao MPE por meio do endereço eletrônico segundapjcassilandia@mpms.mp.br e à Secretaria Municipal de Saúde, qualquer caso suspeito de aluno possivelmente contaminado com o Covid-19, com urgência, para as medidas cabíveis, no tocante ao isolamento social previsto na Lei 13.979/2020, ainda que tenha conhecimento durante o período de suspensão das aulas por qualquer meio;
6. Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos do artigo 268/CP;

Ao Diretor do Presídio de Cassilândia:

1. Sejam adotados os seguintes procedimentos no âmbito do estabelecimento penal de Cassilândia, na medida do possível: I – separação de pessoa que apresentar sintomas envolvendo tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais ou febre, ou que teve contato próximo de caso suspeito ou confirmado de infecção pelo vírus, bem como o encaminhamento imediato para implementação de protocolo de tratamento de saúde previsto pelo Ministério da Saúde para os casos suspeitos de Covid-19 e sua devida notificação à Secretaria Municipal de Saúde; II- obrigatoriedade de higienização dos espaços de visitação e imposição do uso de máscaras e itens de proteção individual aos visitantes, conforme o protocolo sanitário;
- III – proibição da entrada de visitantes que apresentem febre ou sintomas respiratórios associados à Covid-19 e encaminhamento para o serviço de saúde de referência; IV – adoção prioritária do fracionamento da visitação em diferentes dias e horários, a fim de reduzir o número de pessoas que circulam nos locais e assegurar a manutenção de distância respiratória segura; V – previsão de medidas alternativas compensatórias às restrições de visitas, facilitando a utilização de outros meios de comunicação. Parágrafo único. Na hipótese de restrição de visitas, não poderá ser limitado o fornecimento de alimentação, medicamentos, vestuário, itens de higiene e limpeza trazidos pelos visitantes;
2. -Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos do artigo 268/CP;

Ao Conselho Tutelar de Cassilândia:

1. Sejam comunicados com urgência e no prazo máximo de 24 horas a sujeição à criança ou adolescente ao agravamento do risco grave de contágio pelo Coronavírus, bem como os casos suspeitos de que tenham conhecimento, por meio do e-mail segundapjcassilandia@mpms.mp.br, com cópia para a secretaria municipal de saúde para as providências cabíveis;

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da

Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. *Requisita* aos destinatários que, no prazo de 10 (dez) dias, respondam por escrito via e-mail, a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

Por fim, adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP).

Cassilândia, 17 de março de 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0002/2020/02PJ/CLA

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000776-7

Recomenda providencias para contenção do amplo contágio pelo Coronavirus

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora vivenciado no contexto do Coronavírus;

CONSIDERANDO ter sido classificado, na última quarta-feira (11/03/20), pela Organização Mundial da Saúde, o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, de acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS que “Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou, tendo sido, no Brasil, foram anunciadas hoje as duas primeiras mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 234 casos confirmados, com igual confirmação para a transmissão comunitária;

CONSIDERANDO, pelos dados oficiais divulgados, a existência de mais de 2.064 casos suspeitos em todo o país, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada.

CONSIDERANDO a previsão inserta no artigo 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que " Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual n. 15.393/ de 17/03/2020, o qual suspendeu no âmbito das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul as aulas presenciais até o dia 6 de abril de 2020 como medida de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO a suspensão das missas e catequeses pela Arquidiocese de Três Lagoas de modo espontâneo, como medida de colaboração com o Poder Público na contenção da pandemia do Coronavírus, principalmente pelo efeito de amplo contato social dos sacerdotes por ocasião dos cultos;

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo coronavírus não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO os termos da Portaria Interministerial 5 de 17/03/2020, da lavra dos Ministros de Estado da Saúde e Segurança Pública, a qual prevê que o descumprimento das medidas administrativas por agentes públicos poderá inserir o servidor na prática dos crimes previstos nos artigos 268 e 330 do Código Penal, sem prejuízo das eventuais responsabilizações civis pelas omissões e improbidade correlata;

CONSIDERANDO tramitar nesta 2ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n.n.09.2020.00000776-7, com o objetivo de Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Secretaria de Saúde de Cassilândia para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV);

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público -

CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, resolve RECOMENDAR aos seguintes órgãos, instituições, entes e ao público em geral, a adoção das seguintes providências, sem prejuízo das já dispostas na Recomendação 01/2020/02/02PJ/CLA, **TODAS DE CUMPRIMENTO O MAIS IMEDIATO O QUANTO POSSÍVEL**

Ao Município, na pessoa do Prefeito Municipal e todas as Secretarias Municipais, que sejam tomadas providências para:

1. Que sejam inseridos materiais informativos sobre o coronavírus no site do Município de Cassilândia, no Facebook e no Instagram, utilizando, para tanto, os materiais disponibilizados no site do Ministério da Saúde; b-V) difundir a informação sobre o aplicativo denominado “Coronavírus SUS” (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.datasus.guardioes> e <https://apps.apple.com/br/app/coronav%C3%ADrus-sus/id1408008382>), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, o qual contém informações sobre sintomas, prevenção e tratamento do coronavírus;
2. adotar as medidas administrativas necessárias para, no prazo de 5 dias, criar Central de Atendimento Municipal a fim de viabilizar atendimento em ambiente virtual/telefônico da população de Cassilândia, mediante a utilização de central de atendimento telefônico, a qual poderá utilizar aplicativo gratuito para fazer e receber chamadas, a ser integrada por uma equipe técnica especializada e capacitada para tanto, que deverá ser preenchida, ao menos, com os seguintes profissionais: 2 médicos(as), 2 enfermeiros(as) e 5 agentes comunitários de saúde;
3. prestar informações, na referida central de atendimento, para os cidadãos(ãs) que tiverem dúvidas acerca do coronavírus, seus sintomas, prevenção e tratamento;
4. no prazo de 3 dias, elaborar fluxograma de atendimento dos pacientes com suspeita de coronavírus que estejam com sintomas leves ou assintomáticos, podendo utilizar, para tanto, modelos disponíveis na Rede Mundial de Computadores, de modo a evitar o acúmulo indevido de pessoas nas unidades de saúde (o que poderia contribuir para a propagação do coronavírus);
5. No prazo de 3 dias, elaborar fluxograma de atendimento dos pacientes com suspeita de coronavírus que estejam apresentando sintomas de maior gravidade (p. ex. dificuldade para respirar e falta de ar), a fim de que os profissionais de saúde lotados nas unidades de saúde municipais consigam realizar as regulações e encaminhamentos necessários para atendimento médico e para avaliação médica sobre a necessidade ou não de internação hospitalar;
6. Dar publicidade aos referidos fluxogramas à população local, mediante a publicação de informativos nas redes sociais, no site do Município, em grupos de whatsapp e nas unidades de saúde;
7. no prazo de 24 horas, adotar as providências administrativas e legais necessárias para determinar a suspensão das aulas também nas escolas particulares localizadas no Município de Cassilândia, reavaliando-se a necessidade ou não de prorrogação da referida medida após o transcurso do citado período;
8. Adotar as providências administrativas necessárias para que o PROCON Municipal, no prazo de 24 horas, passe a fiscalizar intensamente a fixação abusiva de preços de mercadorias, produtos e serviços, em supermercados, farmácias e em quaisquer outros estabelecimentos comerciais que possam ter reajustado abusivamente os preços em razão da pandemia acima noticiada, de modo que os possíveis infratores sejam autuados e sancionados, com a aplicação das punições previstas no artigo 56 da Lei Nacional n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o Procon encaminhar ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, a lista dos estabelecimentos fiscalizados, a cópia dos autos de infração porventura lavrados e o cronograma bimestral de fiscalizações, visando prevenir e coibir práticas abusivas e o aumento arbitrário dos preços e lucros, nos moldes do artigo 173, parágrafo 4º, da Constituição Federal;
9. Adotar as providências administrativas necessárias para viabilizar que o Procon Municipal, no prazo de 5 dias, desenvolva campanha de informação em favor dos consumidores locais para prevenir o reajuste abusivo de preços de produtos, serviços e mercadorias, orientando os cidadãos(ãs) locais a denunciar tais práticas ao Procon, inclusive mediante a divulgação do endereço, do email e do telefone do Procon Municipal em todas as regiões da cidade;
10. no prazo de 48 horas, adotar as providências administrativas necessárias para viabilizar a instalação de ponto de atendimento da população na rodoviária, com o fornecimento de álcool em gel e de outros produtos para higiene das mãos, visando evitar a propagação do coronavírus;
11. monitorar todos os aviões que eventualmente pousem em Cassilândia oriundos de outras localidades, evitando-se seja replicado em Cassilândia o desembarque de passageiros cientes de contaminação, a exemplo do "caso de Trancoso" (<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/governo-da-bahia-processa-paciente-com-coronavirus-que-viajou-de-sp-para-estado-apos-diagnostico-24311386>)

12. no prazo de 48 horas, adotar as providências administrativas necessárias para que, em todas as unidades de saúde, sejam fornecidos aos usuários(as) do sistema único de saúde máscara cirúrgica e álcool em gel para a higienização das mãos, de modo a prevenir a transmissão do coronavírus, os quais deverão receber orientação, pelos servidores das unidades, sobre o adequado descarte da máscara quando da saída da unidade de saúde e acerca da necessidade de nova higienização das mãos antes da saída das citadas unidades;

13. adotar as providências legais e administrativas necessárias para vedar a realização de eventos públicos ou particulares em que possam ocorrer aglomeração de pessoas;

14. no prazo de 48 horas, adotar as providências legais e administrativas necessárias para intensificar o fornecimento de alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade econômica que tenham filhos(as) em idade escolar, levando em consideração a suspensão das aulas nas escolas públicas, de modo a compensar a ausência momentânea de oferecimento da merenda escolar;

15. no prazo de 48 horas, adotar as providências legais e administrativas necessárias para prestar atendimento de saúde, no que diz respeito ao coronavírus, para pessoas em situação de rua; o) no prazo de 5 dias, adotar as providências administrativas para passar a monitorar a necessária quarentena dos portadores de coronavírus que não estiverem em regime de internação hospitalar, devendo informar imediatamente ao Ministério Público os casos de pacientes que abandonarem a quarentena sem prévia indicação médica, para que o Parquet possa adotar as providências jurídicas cabíveis de forma célere, visando evitar a propagação do coronavírus, inclusive no que diz respeito à possibilidade de ajuizamento de ação judicial de “internação compulsória domiciliar”, nos termos da portaria interministerial 05/2020 já mencionada;

16. no prazo de 48 horas, efetuar a criação de grupos de whatsapp, a serem integrados por todos os agentes públicos das unidades de saúde, de modo a viabilizar a célere transmissão de informações e o rápido encaminhamento dos atendimentos, adotando-se a cautela de preservar o sigilo das informações médicas (inclusive no que se refere à identidade dos pacientes);

17. no prazo de 48 horas, adotar as providências administrativas necessárias para que a vigilância sanitária municipal oriente os proprietários de bares, restaurantes, lanchonetes e de outros estabelecimentos congêneres a fim de informá-los sobre a importância de disponibilização de álcool em gel e de outros materiais para higienização das mãos, zelando pelo uso de máscaras pelos profissionais de cozinha e garçons, e pela correta higienização com hipoclorito de sódio e afins dos alimentos;

18. no prazo de 48 horas, adotar as providências administrativas necessárias para que a vigilância sanitária municipal intensifique a fiscalização de bares, restaurantes, lanchonetes e de outros estabelecimentos congêneres, a fim de verificar se estão procedendo à correta higienização dos ambientes coletivos e à disponibilização de materiais para a higienização das mãos de funcionários e clientes, para fins de prevenção do coronavírus;

19. No exercício do poder de polícia sanitária, providenciar a fiscalização e denúncias acerca de eventuais descumprimentos à Portaria Interministerial 05/2020 c/c Lei federal 13.979/2020, , inclusive por membros pertencentes a templos religiosos de qualquer culto, se houver, pelo amplo alcance populacional que detêm, devendo informar à autoridade policial e ao MPE, para a adoção das providências criminais cabíveis, inclusive quanto às prisões necessárias, se for esse o caso.

À AUTORIDADE POLICIAL DE CASSILÂNDIA e demais agentes policiais;

Seja dado integral cumprimento aos termos da Lei 13.979/2020 e à portaria interministerial regulamentadora 05 de 17/03/2020, da lavra dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, no tocante às prisões por descumprimento (artigos 268 e 330 do CP), além das outras providências lá previstas.

AO PROCON de Cassilândia:

1. Que sejam adotadas as providências para que no prazo de 24 horas, passe a fiscalizar intensamente a fixação abusiva de preços de mercadorias, produtos e serviços, em supermercados, farmácias e em quaisquer outros estabelecimentos comerciais que possam ter reajustado abusivamente os preços em razão da pandemia acima noticiada, de modo que os possíveis infratores sejam autuados e sancionados, com a aplicação das punições previstas no artigo 56 da Lei Nacional n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o Procon encaminhar ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, a lista dos estabelecimentos fiscalizados, a cópia dos autos de infração porventura lavrados e o cronograma bimestral de fiscalizações, visando prevenir e coibir práticas abusivas e o aumento arbitrário dos preços e lucros, nos moldes do artigo 173, parágrafo 4º, da Constituição Federal;

2. Que sejam adotadas as providências necessárias para viabilizar que, no prazo de 5 dias, seja realizada a devida informação em favor dos consumidores locais, para prevenir o reajuste abusivo de preços de produtos, serviços e

mercadorias, orientando os cidadãos(ãs) locais a denunciar tais práticas ao Procon, inclusive mediante a divulgação do endereço, do email e do telefone do Procon Municipal em todas as regiões da cidade;

3. Que sejam feitas rondas e fiscalizações nos estabelecimentos abertos ao público, quanto à obediência às normas de segurança na prestação dos serviços e venda de produtos, com a disponibilização de equipamentos e produtos mitigadores de contaminação aos funcionários das lojas, com base no inciso I do artigo 6º do CDC, c/c artigo 8º do mesmo código;

Ao Lar dos Idosos e Assistência Social São Francisco

1. Que sejam imediatamente interrompidas as visitas externas, considerando a particular vulnerabilidade dos idosos ao Covid-19.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. *Requisita* aos destinatários que, no prazo de 10 (dez) dias, respondam por escrito via e-mail (segundapjcassilandia@mpms.mp.br) e a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos destinatários a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

Por fim, adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP).

Cassilândia, 18 de março de 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO
Promotora de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 002/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Rio Brilhante – MS, n. 1154, Vila Maria, neste município.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001209-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio José Ribeiro Neto, Chirlei Beck Rocha, Gilberto dos Santos Rocha, Nurce dos Santos Rocha e AR Compra e Venda de Imóveis Eireli - ME

Assunto: visando a efetivar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os Compromissários Antônio Jose Ribeiro Neto, Chirlei Beck Rocha, Gilberto dos Santos Rocha, Nurce dos Santos Rocha e A R Compra e Venda de Imóveis Eireli ME (nome fantasia Condomínio Pesca e Lazer Águas do Rio Brilhante), no bojo do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002667-1.

Rio Brilhante – MS, 17 de março de 2020

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00001211-5

PORTARIA N. 0004/2020/PJ/EDD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Saúde Pública, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, notadamente, *a execução dos serviços públicos de saúde e as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica* conforme disposições constantes da Resolução-PGJ n. 018/2010, de 09/09/2010, podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a Declaração de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII)* pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN)*, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), haja vista que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública; bem como exige *resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS*;

CONSIDERANDO que, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 16 de março de 2020, existem 234 (duzentos e trinta e quatro) infectados no Brasil;

CONSIDERANDO que, para o enfrentamento da situação de emergência Mundial e Nacional, o Ministério da Saúde estabeleceu o "*Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-nCOV)*" como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional; competindo-lhe, dentre outros, "*planejar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde*", e bem assim, "*articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS*";

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.979/2020 determina ser "*obrigatório o compartilhamento entre órgãos e*

entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação"; estendendo-se "às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária";

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com as orientações para serviços de saúde acerca das medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (2019- nCoV); estabelecendo ainda, que *"todos os serviços de saúde devem designar pessoas específicas que ficarão responsáveis pela comunicação e colaboração com as autoridades de saúde pública";*

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 08/2020/SEI/GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA, de 1º/02/2020, que dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, tais como portos e aeroportos, frente aos casos do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que, por meio da Resolução n. 02/SES/MS publicada no dia 31/01/2020, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) instituiu o *"CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE/MS) EM MATO GROSSO DO SUL referente ao Novo Coronavírus (nCoV)"*, com o objetivo de auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigilância, prevenção e controle, bem como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelas pela Secretaria de Estado de Saúde e *instituições envolvidas;*

CONSIDERANDO que, conforme a Resolução, esse Centro de Operações de Emergência (COE/MS) é responsável por elaborar os fluxogramas de responsabilidades e atividades necessárias para desencadear a resposta ao nCoV; além de *coordenar e executar as ações da saúde no âmbito estadual junto aos demais grupos/comissões/comitês/câmaras que atuam em situação emergencial relacionados ao nCoV; e "será composto por membros da Secretaria de Estado de Saúde (SES), envolvidos em eventos de importância nacional, estadual e/ou municipal na emergência do NOVO CORONAVÍRUS (nCoV)";*

CONSIDERANDO que, conforme orientações no portal oficial do Ministério da Saúde, *"os casos graves devem ser encaminhados a um Hospital de Referência definido pelo Estado para isolamento e tratamento"*, enquanto que *"os casos leves devem ser acompanhados pela Atenção Primária em Saúde (APS) e instituídas medidas de precaução domiciliar"¹;*

CONSIDERANDO que, conforme *mapa interativo²* do portal do Ministério da Saúde, no âmbito de Mato Grosso do Sul, o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/HUMAP é o hospital de referência estadual para o atendimento de eventuais casos graves do novo coronavírus, com tratamento e isolamento do paciente;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Promotoria de Justiça o acompanhamento das fiscalizações e demais medidas administrativas deflagradas pela Gestão Estadual de Saúde e Gestão Municipal de Saúde para resposta à situação de risco à saúde pública;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo como:

REQUERENTE: Promotoria de Justiça de Eldorado.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado.

OBJETO: *Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Eldorado para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.*

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos a servidora Técnica I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

¹ <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>

² <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46257-mapa-hospitais-referencia-novo-coronavirus>

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;

II) Encaminhe, *COM URGÊNCIA*, a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) Expeça-se OFÍCIO à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, *EM CARÁTER DE URGÊNCIA*, instruído com cópia desta Portaria, com a finalidade de:

a. Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do presente Procedimento Administrativo, instaurado nesta Promotoria de Justiça da Saúde Pública, que tem por objeto: *"Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Eldorado para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020"*;

b. Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);

c. SOLICITAR, COM URGÊNCIA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, considerando a situação emergencial de risco à saúde pública objeto deste procedimento, QUE APRESENTE AS SEGUINTE INFORMACOES E DOCUMENTOS:

1. Informe e comprove as medidas adotadas, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Eldorado, para vigilância, prevenção e controle relacionados ao novo Coronavírus (nCoV 2019), em conformidade com as diretrizes, protocolos, normativas e orientações do Ministério da Saúde/ANVISA atualizados e da Secretaria de Estado de Saúde;

2. Informe se foram realizadas as capacitações dos servidores/profissionais da Rede Municipal de Saúde, para cumprimento das orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA voltadas ao enfrentamento do novo Coronavírus;

3. Tendo em vista que as unidades de saúde da Atenção Básica e as Unidades de Pronto Atendimento/Centros Regionais de Saúde são as principais portas de entrada do SUS, informe as medidas adotadas para a detecção do vírus, acompanhamento de sua manifestação e controle de sua transmissão nas unidades de saúde municipais, em conformidade com as orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA para o enfrentamento do novo Coronavírus;

4. Informe as medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para garantir a disponibilização de materiais e equipamentos de proteção individual aos profissionais da Rede Municipal de Saúde, para o atendimento aos eventuais casos suspeitos de nCoV, como previsto nas orientações/normativas do Ministério da Saúde/ANVISA;

5. Informe e comprove como foi estabelecido, na Rede Municipal de Saúde de Eldorado, o fluxo de paciente com suspeita de infecção pelo nCoV, para o devido encaminhamento ao Hospital designado como Referência Estadual ao tratamento e isolamento do paciente nessa situação;

6. Considerando o art. 6º, § 1º, da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, informe as medidas que foram adotadas para o monitoramento e fiscalização da incidência de casos suspeitos no âmbito dos serviços privados de saúde.

IV) Expeça ofício à autoridade responsável pela rodoviária local, instruído com cópia desta Portaria, solicitando que, com URGÊNCIA, no prazo de 10 (DEZ) DIAS, solicitando apresente informações atualizadas acerca das providências de prevenção da transmissão do coronavírus no transporte de pessoas realizadas em Eldorado, em conformidade com as orientações e normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA, tais como as previstas na Nota Técnica nº 8/2020/SEI/GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA, que *"dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, frente aos casos do novo coronavírus (2019-nCoV)" e/ou outras atinentes ao assunto de interesse de saúde pública em questão*;

VI) Expeça OFÍCIOS ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; a COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA MUNICIPAL; e à COMISSÃO DE SAÚDE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/OAB-MS, instruído com cópia desta Portaria, com a finalidade de:

a. Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do presente Procedimento, instaurado nesta Promotoria de Justiça, que tem por objeto: *"Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Campo Grande para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes,*

protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020";

b. Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);

VI) Vindas as respostas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA RODOVIÁRIA, junte-as imediatamente aos autos; e

VII) Certifique o decurso do prazo, caso não venha resposta respectiva.

Eldorado/MS, 17 de março de 2020.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA
Promotor de Justiça

SONORA

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/01PJ/SNR/PJSON

Inquérito Civil nº MP 06.2020.00000195-1
Ministério Público Estadual

RECOMENDAÇÃO nº 0001/2020/01PJ/SNR/PJSon

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio de seu Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Sonora, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, com fundamento nos artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal e no artigo 201, incisos II e VIII e § 5º, alínea c, da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

CONSIDERANDO caber ao Parquet a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estando compreendida em sua função institucional a de zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à sua garantia, bem como expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para a sua perfeita adequação;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à dignidade, ao respeito, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme preceitua o art. 227, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, com exceção das arroladas nos incisos VII a IX do art. 101, devem ser ordinariamente aplicadas pelo Conselho Tutelar, nos termos dos arts. 101, § 2º, c/c art. 136, I, do ECA; O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

CONSIDERANDO que é atribuição primária e ordinária do Conselho Tutelar aplicar aos pais ou responsável as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA, conforme prescrição do art. 136, II, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que é atribuição do Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar diretamente “serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança”, nos termos do art. 136, inciso III, alínea 'a', do ECA;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão autônomo, o qual, diante da inobservância ou recalcitrância dos pais ou responsável quanto ao cumprimento dos seus deveres ou das medidas aplicadas pelo órgão, pode apresentar representação ao Judiciário para a imposição de sanção pecuniária por infração administrativa, nos termos dos artigos 136, inciso I, alínea 'b', 194 e 249, do ECA;

CONSIDERANDO que, a depender do caso concreto, as condutas dos pais ou responsável podem ensejar infrações não somente administrativas e civis, mas também penais - como é o caso dos crimes de abandono de incapaz (art. 133, CP), abandono intelectual (arts. 246 e 247, CP), maus-tratos (art. 136, CP), lesão corporal (art. 129, CP), venda, fornecimento ou entrega de produtos que possam causar dependência física ou psíquica, bem como bebidas alcoólicas (art. 243, ECA) dentre outros – as quais exigem o acionamento imediato da autoridade policial para adoção das medidas pertinentes (afastamento da situação imediata de risco e investigação dos fatos);

CONSIDERANDO que é atribuição do Conselho Tutelar, nos casos de grave violação aos direitos da criança e do adolescente, “representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural” (art. 136, XI e parágrafo único, ECA), fazendo juntar em tal representação toda a documentação concernente às medidas tomadas e as provas produzidas pelo órgão (termos de declarações, medidas de proteção e medidas aplicadas aos pais, requisições, etc.);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público NÃO CABE SUBSTITUIR O CONSELHO TUTELAR em suas atribuições previstas no art. 136, ECA, porquanto a atuação ministerial é voltada para as hipóteses de aplicação das medidas de proteção de acolhimento institucional, inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta (art. 101, incisos VII, VIII e IX, c/c art. 201, III, do ECA);

CONSIDERANDO que se tem verificado que os Conselhos Tutelares, em algumas oportunidades, não estão lançando mão de todas as suas prerrogativas e atribuições legais, deixando de aplicar diretamente medidas de proteção ou medidas aplicáveis aos pais ou responsável e/ou enviando expedientes ao Ministério Público carentes de documentos e provas;

CONSIDERANDO que a baixa e/ou a incorreta utilização das prerrogativas e atribuições do Conselho Tutelar, aliadas a uma dependência do Ministério Público e do Poder Judiciário, podem ensejar o enfraquecimento do próprio órgão municipal de proteção aos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que a relação existente entre o Conselho Tutelar e o Ministério Público e o Poder Judiciário não é de hierarquia e, muito menos, de assessoramento, de modo que caberá a tais órgãos/entes atuarem dentro das suas respectivas esferas de atribuição e competência, de forma harmônica;

RECOMENDA ao Conselho Tutelar e a cada conselheira tutelar do Município de Sonora que:

1) Atendam as Crianças e Adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou ainda em razão de sua conduta. A ameaça ou violação por ação ou omissão da sociedade e do Estado ocorre quando o Estado e a sociedade, por qualquer motivo, não asseguram os direitos fundamentais da criança e do adolescente (ECA, art. 4) ou, oferecendo proteção aos direitos infantojuvenis, o façam de forma incompleta ou irregular. A ameaça ou violação por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis (tutor, guardião, dirigente de abrigo) se configura nas hipóteses em que deixam de assistir, criar e educar suas crianças ou adolescentes, por: a) falta: morte ou ausência; b) por omissão: ausência de ação, inércia; c) por abandono: desamparo, desproteção; d) por negligência: desleixo, menosprezo; e) por abuso: exorbitância das atribuições do poder familiar, maus-tratos, violência sexual. A ameaça ou violação em razão da própria conduta da criança ou do adolescente ocorre quando crianças e adolescentes se encontram em condições, por iniciativa própria ou envolvimento com terceiros, de ameaça ou violação dos deveres e direitos de sua cidadania ou da cidadania alheia.

1.1) Abstenham de formular conclusões precipitadas e açodadas acerca da existência ou inexistência de ameaça ou violação de direitos de criança ou adolescente em circunstâncias nas quais, para a formulação de um juízo de convicção, seja imprescindível o acompanhamento sistemático da família, bem como a análise dos fatos por outros profissionais da Rede de Proteção à Infância e Juventude. O Conselho Tutelar “não faz a atuação de psicólogo ou de assistente social” e, por este motivo é que, diante da comunicação, requisição ou solicitação (quando emanada de outro Órgão Público, como Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, de outro familiar, da comunidade

ou da sociedade em geral) para averiguar eventual situação de ameaça ou violação de direitos de criança ou adolescente, deve esgotar todos os meios possíveis e necessários para análise do caso concreto, sendo dever legal efetuar, dentre outros, “orientação, apoio e acompanhamento temporários” (art. 101, inciso II do ECA), bem como “requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança” (artigo 136, inciso III, alínea “a” do Estatuto da Criança e do Adolescente);

1.2) Abstenham de, diante de uma comunicação, solicitação ou requisição para adoção de providências a respeito de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes (quando emanada de outro Órgão Público, como Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, de outro familiar, da comunidade ou da sociedade em geral), deixar de exercer seu dever de ofício sob alegações rasas e despidas de análise fática mais acurada, sob pena inclusive de prática de ato de improbidade administrativa (art. 11, incisos I e II da Lei nº 8.429/92). Os conselheiros tutelares, na condição de integrantes de órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 136, “caput”, do ECA), não podem ser movidos por valorações prévias e sem embasamento fático (compreendido este somente a partir de uma análise sistemática do caso concreto, com solicitação de apoio de outros órgãos, quando necessário). Havendo o mínimo indício da existência de ameaça ou violação de direitos de criança ou adolescente (o qual pode ser constatado, além de visitas periódicas, com entrevistas com todos os envolvidos e os que podem contribuir, direta ou indiretamente, incluindo-se integrantes da família extensa ou ampliada, genitor não detentor da guarda, vizinhos, dentre outros), é dever do Órgão efetuar as comunicações e requisições necessárias de outros serviços públicos.

2) Apliquem as Medidas de Proteção as crianças e adolescentes previstas no art. 101, I a VII, do ECA (art. 136, inciso I do mesmo diploma legal), após confirmação da ameaça ou violação de seus direitos, tendo por base as seguintes orientações:

2.1) Tratando-se da medida de proteção:

A) de encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade:

* Providenciar o retorno da criança ou adolescente aos seus pais ou responsável, acompanhado de documento escrito, que deverá conter as orientações do Conselho Tutelar para o seu atendimento adequado.

* Notificar pais ou responsável que deixam de cumprir os deveres de assistir, criar e educar suas crianças e adolescentes. Convocá-los à sede do Conselho Tutelar para assinar e receber termo de responsabilidade com o compromisso de doravante zelar pelo cumprimento de seus deveres.

B) de Orientação, apoio e acompanhamento temporários:

* Deve ser aplicada para fins de complementar a ação dos pais ou responsável com a ajuda temporária de serviços de assistência social a crianças e adolescentes, nos casos em que reste evidenciada suas limitações para conduzir a educação e orientação de suas crianças e adolescentes.

C) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental:

* Providenciar a matrícula e frequência escolar de criança e adolescente, diante da impossibilidade ou incapacidade de pais ou responsável para fazê-lo.

* Orientar a família ou entidade de atendimento para acompanhar e zelar pelo caso.

* Orientar o dirigente de estabelecimento de ensino fundamental para o cumprimento de sua obrigação: acompanhar o caso e comunicar ao Conselho Tutelar (ECA, art. 56) as situações de: maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas; evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados índices de repetência.

D) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente:

* Requisitar os serviços sociais públicos ou comunitários, diante das limitações ou falta de recursos dos pais para cumprirem seus deveres de assistir, criar e educar seus filhos.

* Encaminhar a família, a criança ou o adolescente ao(s) serviço(s) de assistência social que executa (m) o(s) programa(s) que o caso exige.

E) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial:

* Acionar o serviço público de saúde, para garantia de atendimento à criança e ao adolescente, particularmente diante das situações que exigem tratamentos especializados e quando as famílias não estão sendo atendidas ou são atendidas com descaso e menosprezo.

* Chamar a atenção dos responsáveis pelos serviços de saúde para o direito de prioridade absoluta das crianças e adolescentes (CF, art. 227 e ECA, art. 4).

F) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos:

* Proceder da mesma maneira que na medida anterior.

G) Abrigo em entidade:

* Encaminhar criança ou adolescente para entidade de atendimento que ofereça programa de abrigo (ECA, art. 92), sempre como medida provisória e preparadora de sua reintegração em sua própria família ou, excepcionalmente, em família substituta.

Comunicar a medida imediatamente à autoridade judiciária e ao Ministério Público;

* Acompanhar o caso sistematicamente para garantir e promover a transitoriedade e provisoriedade do abrigo em entidade, requisitando para tanto o apoio dos serviços públicos de assistência social.

3) Atendam e aconselhem os pais ou responsável com vistas a reordenar e fortalecer o ambiente familiar e eliminar as situações de risco para crianças e adolescentes, aplicando as medidas previstas no ECA, Art. 129, Incisos I a VII, mediante a observância das seguintes orientações:

3.1) Tratando-se de medida de:

A) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família:

* Encaminhar pais e, se necessário, filhos (crianças e adolescentes) a programas que cumprem a determinação constitucional (CF, art. 203, inciso I) de proteção à família, quais sejam: a) cuidados com a gestante; b) atividades produtivas (emprego e geração de renda); c) orientação sexual e planejamento familiar; d) prevenção e cuidados de doenças infantis; e) aprendizado de direitos.

B) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos:

* Encaminhar para tratamento pais ou responsável, usuários de bebidas alcoólicas ou de substâncias entorpecentes que coloquem em risco os direitos de suas crianças e adolescentes.

* Aplicar a medida após o consentimento do seu destinatário, para não violar o seu direito à intimidade e garantir a eficácia da medida.

C) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico:

* Proceder da mesma maneira que na medida anterior.

D) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação:

* Encaminhar pais ou responsável a cursos ou programas que os habilitem a exercer uma profissão e melhorar sua qualificação profissional, em busca de melhores condições de vida e de assistência às suas crianças e adolescentes;

E) Obrigação de matricular o filho pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar:

* Aconselhar e orientar pais, responsável, guardiões e dirigentes de entidades para a obrigatoriedade de matricular e acompanhar a vida escolar de suas crianças e adolescentes.

F) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado:

* Orientar pais ou responsável para seu dever de assistência, que implica a obrigação de encaminhar os filhos ou pupilos a tratamento especializado, quando necessário.

* Indicar o serviço especializado de tratamento e ajudar os pais ou responsável a ter acesso a ele.

G) Advertência:

* Advertir, sob a forma de admoestação verbal e por escrito, pais ou responsável, sempre que os direitos de seus filhos ou pupilos, por ação ou omissão, forem ameaçados ou violados.

4) Promovam a execução de suas decisões, observando o seguinte:

A) O Conselho Tutelar não é um órgão de execução. Para cumprir suas decisões e garantir a eficácia das medidas que aplica, utiliza-se das várias entidades governamentais e não-governamentais que prestam serviços de atendimento à criança, ao adolescente, às famílias e à comunidade em geral. Quando o serviço público necessário inexistir ou é prestado de forma irregular, o Conselho deve comunicar o fato ao responsável pela política pública correspondente e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que o serviço seja criado ou regularizado.

B) A Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança deve ser feita por meio de correspondência oficial, recebendo o ciente do órgão executor na segunda via da correspondência ou em livro de protocolo, devendo ser apresentada REPRESENTAÇÃO junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, posto que descumprir as requisições do Conselho configura infração administrativa prevista no art. 249 do ECA.

5) Encaminhem ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa (arts. 245 a 258) ou penal (arts. 228 a 244) contra os Direitos da Criança ou do Adolescente, através de correspondência oficial protocolada.

6) Comuniquem os crimes que, mesmo não tipificados no ECA, têm crianças e adolescentes como vítimas, por exemplo:

* Quando pais e mães (tendo condições) deixam de cumprir com a assistência aos filhos (abandono material) ou de cuidar da educação dos filhos (abandono intelectual);

* Crianças e adolescentes frequentando casa de jogo, residindo ou trabalhando em casa de prostituição, mendigando ou servindo a mendigo para excitar a comisseração pública (abandono moral);

* Entrega de criança e adolescente a pessoa inidônea;

* Descumprimento dos deveres de poder familiar,, tutela ou guarda, inclusive em abrigo.

7) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

8) Promovam se necessário for, no exercício de suas atribuições, o afastamento do convívio familiar da criança ou adolescente comunicando incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

9) Efetivem o cumprimento das medidas protetivas aplicadas pela justiça da infância e juventude a adolescentes infratores (ECA, Art. 101, Incisos I A VI), tomando as seguintes providências:

a) Acionem pais, responsável, serviços públicos e comunitários para atendimento a adolescente autor de ato infracional, a partir de determinação judicial e caracterização da medida protetiva aplicada ao caso; b) Encaminhem o adolescente para o cumprimento da medida protetiva aplicada, acompanhando e controlando sua execução, mantendo informada a autoridade judiciária.

10) Requiram certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente, quando necessário, na hipótese, por exemplo, que a criança ou o adolescente não possui a certidão de nascimento e sabendo o Cartório onde ela foi registrada. No caso de inexistência de registro, deve o Conselho comunicar ao Juiz para que este requirir o assento do nascimento. A requisição de certidões ou atestados, como as demais requisições de serviços públicos, será feita através de correspondência oficial, em impresso ou formulário próprio, fornecendo ao executor do serviço os dados necessários para a expedição do documento desejado. O Cartório deverá, com absoluta prioridade, cumprir a requisição do Conselho com isenção de multas, custos e emolumentos.

11) Representem ao Ministério Público, para Efeito de Ações de Perda ou Suspensão do Poder Familiar, diante de situações graves de descumprimento por parte dos pais do dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e esgotadas todas as formas de atendimento e orientação, expondo a situação, mencionando a norma protetiva violada, apresentando provas e pedindo as providências cabíveis. O Promotor de Justiça proporá a ação de perda ou suspensão do poder familiar (ECA, art. 201, III, combinado com o art. 155) à autoridade judiciária competente, que instalará o procedimento contraditório para a apuração dos fatos (ECA, art. 24).

12) Fiscalizem as Entidades de Atendimento governamentais e não governamentais, em conjunto com o Poder Judiciário e o Ministério Público, conforme dispõe o ECA, art. 95. No caso de constatação de alguma irregularidade ou violação dos direitos de crianças e adolescentes abrigados, semi-internados ou internados, o Conselho deverá aplicar, sem necessidade de representar ao Juiz ou ao Promotor de Justiça, a medida de advertência prevista no art. 97 do ECA. Se a entidade ou seus dirigentes for reincidente, deverá ser comunicada a situação ao Ministério Público ou oferecida representação à autoridade judiciária competente para aplicação das demais medidas previstas no art. 97 do ECA.

13) Antes do envio de qualquer comunicação ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário, que promovam todas as diligências conforme as atribuições legais do órgão, notadamente a aplicação das medidas previstas no art. 101, incisos I a VI, e 129, I a VII, do ECA, devendo ser produzidos e recolhidos todos os documentos e provas pertinentes ao caso, quais sejam: notificações; requisições; termos de declarações da criança ou do adolescente, pais ou responsáveis, vizinhos, parentes, colegas de escola, professores; ofícios; termos de aplicação de medidas de proteção ou às aplicáveis aos pais ou responsável; decisões; relatórios; estudos sociais, boletins de ocorrência; dados do CRAS a respeito dos atendimentos realizados com o menor e sua família (programas inscritos, benefícios fornecidos, relatórios psicológicos, participação nos programas etc.);

14) No caso de prática de Ato Infracional, acionar imediatamente a Autoridade Policial para a adoção das medidas pertinentes (afastamento da situação imediata de risco e investigação dos fatos, com a lavratura de APFD, TCO e/ou instauração de inquérito policial, conforme o caso);

As providências adotadas em cumprimento à presente Recomendação deverão ser comunicadas ao Ministério Público no prazo de 90 (noventa) dias a contar do seu recebimento.

Para que se dê cumprimento e publicidade à presente recomendação, DETERMINA-SE:

- 1) Remessa de cópia ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de Sonora;
- 2) Remessa de cópia ao Centro de Apoio Operacional à Infância e Juventude, para ciência e registro;
- 3) Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, para ciência e divulgação entre as autoridades que o integram;
- 4) Assessoria de Imprensa do MPMS, para divulgação entre os principais meios midiáticos.

Às providências, cumpra-se.

Sonora, 10 de março de 2020.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça